



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE ECONOMIA



JOÃO VICTOR PAULO TEIXEIRA

**UM DEUS ENTRE NÓS: AS INFLUÊNCIAS CRUZADAS ENTRE  
WITTGENSTEIN E OS ECONOMISTAS NA PRIMEIRA METADE DO  
SÉCULO XX**

CAMPINAS  
2022

JOÃO VICTOR PAULO TEIXEIRA

**UM DEUS ENTRE NÓS: AS INFLUÊNCIAS CRUZADAS ENTRE  
WITTGENSTEIN E OS ECONOMISTAS NA PRIMEIRA METADE DO  
SÉCULO XX**

Monografia apresentada ao Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. José Ricardo Fucidji

CAMPINAS  
2022

Ficha catalográfica  
Universidade Estadual de Campinas  
Biblioteca do Instituto de Economia  
Luana Araujo de Lima - CRB 8/9706

T235d Teixeira, João Victor Paulo, 1999-  
Um deus entre nós : as influências cruzadas entre Wittgenstein e os economistas na primeira metade do século XX / João Victor Paulo Teixeira. – Campinas, SP : [s.n.], 2022.

Orientador: José Ricardo Fucidji.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia.

1. Wittgenstein, Ludwig, 1889-1951. 2. Keynes, John Maynard, 1883-1946. 3. Sraffa, Piero, 1898-1983. 4. Economia - Metodologia. I. Fucidji, José Ricardo, 1971-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III. Título.

Informações adicionais, complementares

**Título em outro idioma:** A god among us: the cross references between Wittgenstein and economists in the first half of the twentieth century

**Palavras-chave em inglês:**

Wittgenstein, Ludwig, 1889-1951

Keynes, John Maynard, 1883-1946

Sraffa, Piero, 1898-1983

Economics - Methodology

**Titulação:** Bacharel em Ciências Econômicas

**Banca examinadora:**

José Ricardo Fucidji

Alex Wilhans Antonio Paludetto

**Data de entrega do trabalho definitivo:** 30-11-2022

JOÃO VICTOR PAULO TEIXEIRA

**UM DEUS ENTRE NÓS:**

AS INFLUÊNCIAS CRUZADAS ENTRE WITTGENSTEIN E OS ECONOMISTAS NA  
PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

Monografia apresentada ao Instituto de  
Economia da Universidade Estadual de  
Campinas como parte dos requisitos  
exigidos para a obtenção do título de  
Bacharel em Ciências Econômicas.

Data de aprovação: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Banca Examinadora

---

Prof. Dr. José Ricardo Fucidji – Presidente da banca  
Instituto de Economia – Universidade Estadual de Campinas

---

Prof. Dr. Alex Wilhans Antonio Palludeto – Docente Convidado  
Instituto de Economia – Universidade Estadual de Campinas

## DEDICATÓRIA

Para Ubiratan, Maria Lucia, Pedro Augusto e Maria Clara.

## AGRADECIMENTOS

Quero agradecer, primeiramente, aos meus pais e meus irmãos. Sou profundamente grato pelo apoio incondicional e por tê-los ao meu lado. Amo muito todos vocês.

Em segundo lugar, quero agradecer ao meu orientador, Professor José Ricardo Fucidji, que tive a oportunidade de conhecer em 2020 na disciplina de História do Pensamento Econômico e abriu meus horizontes para um campo do conhecimento muito rico. Agradeço também ao Professor Alex Wilhans Antonio Palludeto, que compõe a banca avaliadora.

Em terceiro lugar, quero agradecer meus amigos Sérgio, Vinicius, Jonas, Miguel, Marcelo, João, Paulo, Alan, Bering e Rafael. Por mais que eu não veja alguns tão frequentemente, saibam que carrego nossa amizade com muito carinho. O começo de minha jornada como economista começou com vocês e definitivamente não teria sido a mesma coisa.

Agradecimento especial a Felipe, Ícaro e Cyro. Muitíssimo obrigado pela vasta lista de referências e pelas discussões mais instigantes que definiram minha dedicação aos estudos deste tema. Meu profundo respeito.

Por fim, meus agradecimentos à Petra, que por sorte do acaso nos reencontramos depois de tanto tempo, justamente durante a elaboração deste trabalho. Obrigado por escutar as minhas descobertas. É uma felicidade ter você ao lado para dar uns sorrisos e umas risadas. Te amo.

*"Their languages just serve to confuse them  
Their confusion somehow makes them more sure"*  
**(Father John Misty)**

*"Sharp as a knife  
Facts cut a hole in us"* **(Talking Heads)**

## RESUMO

Teixeira, João Victor P. **Um Deus entre nós**: As influências cruzadas entre Wittgenstein e os economistas na primeira metade do século XX. Orientador: José Ricardo Fucidji. 2022. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2022.

Este projeto de monografia é uma tentativa de mapear as influências cruzadas entre Ludwig Wittgenstein e os economistas de Cambridge J. M. Keynes e Piero Sraffa. O presente artigo é parte de um projeto mais amplo de pesquisa acerca do filósofo analítico Ludwig Wittgenstein no trabalho de John Maynard Keynes e Piero Sraffa, ao longo de suas carreiras como professores na Universidade de Cambridge na década de 1930 em diante. Para fazê-lo, este artigo investiga as biografias e a literatura acerca das abordagens filosóficas contidas no pensamento desses economistas, para compreender as influências recebidas e (ao menos no caso de Sraffa) doadas ao filósofo Austríaco. Este estudo tem como objetivo específico esclarecer a influência de Wittgenstein nos trabalhos amadurecidos de Keynes, assim como a influência recebida pelo Wittgenstein amadurecido através de seu contato com Keynes, Sraffa e outros, como Frank Ramsey.

**Palavras-chave:** Wittgenstein; Keynes; Sraffa; metodologia econômica.

## ABSTRACT

Teixeira, João Victor P. **A God Among Us: The cross influences between Wittgenstein and economists in the first half of the Twentieth Century.** Orientador: José Ricardo Fucidji. 2022. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2022.

This work is an attempt at tracking the cross influences between Ludwig Wittgenstein and Cambridge economists J. M. Keynes and Piero Sraffa. This paper is part of a broader project for studying the influence of the analytic philosopher Ludwig Wittgenstein on the works of the economists John Maynard Keynes and Piero Sraffa, along the former carrier as Cambridge lecturer from the 1930s on. To do so, this study delves into biographies and the literature on philosophical approaches identified in these economists' thinking, for understanding the influences received from and (at least in Sraffa's case) given to the Austrian philosopher. This research aims to shed light particularly on the Wittgenstein's influence on the maturity works of Keynes, as well as the influence received by the later Wittgenstein from his contact with Keynes, Sraffa and others, like Frank Ramsey.

**Keywords:** Wittgenstein; Keynes; Sraffa; economic methodology.

**SUMÁRIO**

<b>1) Introdução</b>	<b>10</b>
<b>2) A trajetória intelectual de Wittgenstein</b>	<b>10</b>
<b>3) Wittgenstein e a influência de Piero Sraffa</b>	<b>14</b>
<b>4) Keynes e Wittgenstein: Influências prévias comuns</b>	<b>29</b>
<b>George Edward Moore</b>	<b>29</b>
<b>Bertrand Russell</b>	<b>32</b>
<b>Frank Ramsey</b>	<b>35</b>
<b>5) Keynes e suas Crenças Iniciais: Da filosofia à economia</b>	<b>36</b>
<b>6) Keynes e Wittgenstein: Tangências Metodológicas</b>	<b>45</b>
<b>7) Conclusões finais</b>	<b>50</b>
<b>8) Revisão Bibliográfica</b>	<b>56</b>

## 1) Introdução

Mesmo sendo contemporâneos em suas respectivas trajetórias lecionando em Cambridge e de serem familiarizados com as ideias um do outro, pouco se examina a influência intelectual entre Wittgenstein e John Maynard Keynes<sup>1</sup> em suas teorias amadurecidas. Apesar de poucas evidências diretas documentadas sobre a influência do trabalho de um sobre o outro – supondo que o fato de estarem no mesmo lugar durante seus auge intelectuais explica a ausência de cartas entre os autores –, as contribuições de ambos à Nova Filosofia Realista da Escola de Cambridge no início do século XX, com o *Tractatus Logico-Philosophicus* (1921) e com *Um Tratado Sobre Probabilidade* (1921), seguido da rejeição de suas respectivas ideias de juventude e amadurecimento acadêmico com semelhanças (ou afinidades) metodológicas chave, com as *Investigações filosóficas* (1953) e *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda* (1936), sugerem que os autores possuem, mesmo que indiretamente – com Piero Sraffa e Frank Ramsey sendo "catalisadores" importantes desse intercâmbio de ideias –, influências de cunho filosófico no trabalho um do outro; ou, por assim dizer, pontos de tangência no pensamento filosófico dos autores.

## 2) A trajetória intelectual de Wittgenstein

Ludwig Wittgenstein (1889-1951), considerado por muitos como o filósofo mais influente do século XX, foi um filósofo analítico e da linguagem e, junto de G. E. Moore de Bertrand Russell foi responsável pela tradição britânica do estudo da lógica formal. Sua passagem na universidade de Cambridge ocorreu, em primeiro momento, de 1911 a 1913, quando abandonou os estudos em engenharia mecânica em Viena e passou a se interessar por matemática pura e lógica formal através do trabalho de Gottlob Frege (MONK, 1995). Nesta passagem inicial, Wittgenstein é orientado por Russell e convidado ao grupo de estudos e discussões Apostles por

---

<sup>1</sup> Keynes foi o principal articulador do retorno de Wittgenstein a Cambridge em 1929, inclusive hospedando-o nos primeiros dias. Também foi ele quem providenciou para que o filósofo obtivesse uma posição como docente naquela universidade. Em carta à sua esposa, Keynes se refere a Wittgenstein nos seguintes termos: "Bem, Deus chegou. Eu o encontrei no trem das 5:15. Ele tem planos de ficar em Cambridge permanentemente" ["Well, God has arrived. I met him on the 5:15 train. He has a plan to stay in Cambridge permanently"] (J. M. Keynes a Lydia Lopokova, 18/01/1929; SKIDELSKY, 1992, p. 291). Essa forma de tratamento inspira o título do projeto.

Moore, porém nunca participa. Não significa, no entanto, que Wittgenstein não tivera contato, foi influenciado e influenciou muitos dos prolíficos participantes desta sociedade intelectual - John M. Keynes e Frank Ramsey, por exemplo (DAVIS, 2019c).

Em 1914, ao estourar a Primeira Guerra Mundial no verão europeu, Wittgenstein retornou à Áustria para alistar-se no serviço militar voluntariamente, o que acreditava ser uma espécie de oportunidade para o despertar de seu gênio através do chamado ao *Dever*<sup>2</sup>. Foi neste momento que, servindo no front leste com seu batalhão e enquanto prisioneiro do exército italiano<sup>3</sup>, Wittgenstein colocou em andamento os primeiros esboços de sua única obra publicada em vida - àquela que se atribui a doutrina teórica do “Jovem Wittgenstein” -, o *Tractatus Logico-Philosophicus*.

A obra em questão buscava demonstrar, através de sete proposições fundamentais e seus desdobramentos, a relação lógica que subjaz a representação do mundo através da linguagem. Mais a fundo acerca dessa relação, Wittgenstein propunha que, diante dos limites de representação dos fatos e *states of affairs* por meio da linguagem, explicitam-se os limites da própria filosofia e do conhecimento humano através da expressão filosófica. Fazer-se como compreendido envolvia comunicar-se através de enunciados verdadeiros ou falsos; a ideia de uma âncora lógica da atribuição de significado àquilo que está sendo dito através de proposições. Nesse sentido, ao que se propunha o *Tractatus* enquanto ponto final dos problemas da filosofia como um todo através do que pode ou não ser

---

<sup>2</sup> Em “*Familienerinnerungen*” [Memórias de Família], publicado como “*Recollections of Wittgenstein*” em inglês, Hermine Wittgenstein - irmã mais velha de Ludwig - escreve sobre o que entendia acerca do desejo de seu irmão em servir o exército austríaco. Segundo ela, trata-se de “uma intensa vontade de tomar algo difícil para si mesmo e fazer algo além do trabalho intelectual (...) [o desejo de] tornar-se uma outra pessoa” (MONK 1995, p. 111).

<sup>3</sup> Keynes escreveu a Wittgenstein em janeiro de 1915: “Eu espero que tenha sido levado como prisioneiro em segurança a essa altura (...) Deve ser muito mais prazeroso estar na guerra do que estar pensando sobre proposições na Noruega. Mas tenho esperança que você pare com tanta auto-indulgência em breve” (J. M. Keynes a L. Wittgenstein, 10/01/1915; MONK 1995, p. 124). O comentário ácido diz respeito à escolha de Ludwig pelo auto-exílio em 1913 no remoto vilarejo de Skjolden na Noruega e ao alistamento voluntário no exército Austríaco em 1914. Em uma amarga ironia, Wittgenstein é capturado pelo exército italiano em novembro de 1918 e mantido prisioneiro de guerra na comuna de Cassino. Ludwig consegue, por meio de correspondência, avisar Bertrand Russell de seu paradeiro em fevereiro de 1919. Certo esforço foi despendido com sucesso por Russell e Keynes (que na época fazia parte da comissão britânica na conferência de Versalhes) em facilitar as correspondências com Wittgenstein no campo de prisioneiros. Assim foi possível de Russell enviar “*Introduction to Mathematical Philosophy*” e receber o manuscrito que fundamentaria o *Tractatus Logico-Philosophicus*, o “*Notes on Logic*” (MONK, 1995).

representado do conhecimento, questões da ética, estética, literatura e artes - campos majoritariamente epistemológicos do ponto de vista filosófico - estão além dos limites da expressão da linguagem e não têm atribuição de significado no mundo como ele ocorre.

O retorno de Wittgenstein à filosofia em Cambridge no ano de 1929, encorajado principalmente por Frank Ramsey e Piero Sraffa - o que rendeu ao matemático e ao economista agradecimentos diretos no prefácio de *Investigações Filosóficas* (WITTGENSTEIN, 1953) -, foi marcado por uma importante mudança metodológica: Wittgenstein abre mão de pensar a filosofia da linguagem em termos da lógica formal e passa a concebê-la através de termos do uso da linguagem cotidiana. Neste sentido, surge o ceticismo de Wittgenstein acerca de uma definição extremamente precisa mediada por uma estrutura lógica proposicional que perpassa seus trabalhos finais. Significados e definições são costumeiramente sobrepostos e difusos no emprego linguístico ordinário, não sendo excepcional o mesmo termo atribuir significado a mais de uma coisa - reforçando a ideia do uso da linguagem enquanto um jogo com regras (para além de serem meramente compreendidas pelo orador) a serem seguidas -; a noção de “*semelhanças de família*” que certos termos possuem entre si (WITTGENSTEIN, 1953).

Tal salto na concepção de atribuição de significado por meio da linguagem corriqueira - e, conseqüentemente, abandonar a ideia de um ponto final na filosofia por meio de uma investigação de análise formal para atestar a clareza do que se enuncia - implica em assumir fundamentos científicos (ao contrário de meros fundamentos de relações lógicas entre proposições e objetos elementares) para solucionar a problemática da imprecisão do enunciado linguístico. Em outras palavras, Wittgenstein abandona o axioma do significado, i.e. a ideia de que o significado existe exterior à linguagem, para propor que o significado possui uma relação de existência simbiótica com a linguagem, i.e. ideia de que o significado existe interior à linguagem:

“Como se à maneira de um antropólogo, ele via assim a tarefa da filosofia como uma questão de prestar muita atenção às muitas coisas diferentes que as pessoas realmente faziam com a linguagem. Ele rotulou esses diferentes tipos de coisas de ‘jogos de linguagem’ que então assumiram seu caráter particular dentro de diferentes ‘formas de vida’ ou as maneiras pelas quais as pessoas viviam suas vidas.” (DAVIS, 2019c)

Assim, com base nos *jogos-de-linguagem* de Wittgenstein, uma análise da linguagem a partir da lógica formal pode ocorrer se a mesma estiver baseada em termos de obediência de regras - ou, simplesmente, convenções.

### 3) Wittgenstein e a influência de Piero Sraffa

Como previamente apontado, as ideias iniciais do Jovem Wittgenstein se baseavam em sua suposição de que o significado de um termo ou nome consistia no objeto no qual esse termo ou nome se referia. Linguagem no *Tractatus*, portanto, é compreendida como forma literal de representação dos fatos sobre o mundo. As questões da filosofia não passavam, assim, de problemas de representação enunciada no discurso<sup>4</sup>. Para ele, a investigação da linguagem era o ponto de partida para compreensão dos problemas filosóficos e nela continha-se suas soluções. Wittgenstein desenvolve a teoria da linguagem enquanto figuração de objetos simples no mundo através de proposições que atribuíam-lhe *valores-de-verdade*<sup>5</sup>. Portanto, fundamentalmente:

- “1. O mundo é tudo que é o caso.”<sup>6</sup>
- 1.1 O mundo é a totalidade dos fatos, não das coisas.
- 1.11 O mundo é determinado pelos fatos, e por serem *todos* os fatos.
- 1.12 Pois a totalidade dos fatos determina o que é o caso e também tudo que não é o caso.
- 1.13 Os fatos no espaço lógico são o mundo.”

---

<sup>4</sup> “[...] Toda e qualquer formulação de todo e qualquer problema filosófico que o revele como algo análogo a um problema científico, *que o faça consistir no problema de saber como representar corretamente algum domínio de objetos e fatos.*” (LOPES DOS SANTOS, 2008, p. 13, grifo do autor)

<sup>5</sup> Uma aplicação da lógica matemática das proposições de Frege - quem Wittgenstein se fundamentou demasiadamente (MONK, 1995) - para representar a linguagem. Consiste na noção de enunciados seguirem a estrutura de funções matemáticas tal como  $f(x)=y$ . Com isso, os objetos desse argumento, quando apresentado o enunciado, concebem valores-de-verdade (ou não) para a proposição: Tornando-a verdadeira em caso afirmativo (ou falsa em caso negativo).

<sup>6</sup> Também na tradução mais antiga – por José Arthur Gianotti em 1968 – do alemão “Die Welt ist alles, was der Fall ist” para o português como “O mundo é tudo aquilo que ocorre”. Mesmo não sendo a tradução mais fiel da obra, a substituição de *caso* para *o que ocorre* pode ser um ponto de partida mais intuitivo da obra wittgensteiniana na língua portuguesa – sugere mais diretamente que o atomismo metafísico do *Tractatus Logico-Philosophicus* constrói um mundo através de representações dos estados das coisas nesse mundo.

(WITTGENSTEIN, 1921, p.129)

A gênese da teoria de representação proposicional do mundo e atribuição de significado wittgensteiniana no *Tractatus* surge enquanto o autor servia na front oriental durante a Primeira Guerra Mundial. Foi durante o outono deste 1914 que Wittgenstein inicia um primeiro esboço da teoria da linguagem enquanto figuração. O filósofo teria formulado as ideias de sua primeira grande obra, ao que se tem confirmado por pessoas que eram próximas a ele<sup>7</sup>, ao ler uma notícia sobre um acidente automotivo em Paris, cujo a recriação do ocorrido foi feita através de uma maquete:

“[...] Wittgenstein leu numa revista uma reportagem sobre um processo em Paris envolvendo um acidente de carro. No tribunal, uma das partes havia representado um modelo do acidente e ocorreu-lhe então que o modelo podia muito bem representar, ou figurar, o acidente dada a correspondência entre as partes (casas, carros e pessoas em miniatura) e as coisas reais (casas, carros e pessoas).” (MONK, 1995, p. 118)

Wittgenstein, assim, concluiu que a representação do acidente através de um modelo que *ilustrasse* o estado entre coisas envolvidas no fato, i.e. que correspondesse às suas devidas “coisas reais”, era uma boa analogia para a proposição na linguagem enquanto figurativa do significado do mundo. Em registro no seu diário Wittgenstein escreveu: “Na proposição um mundo é como que formado experimentalmente” (MONK, 1995, p. 118). No *Tractatus*, portanto, a realidade tem como seu espelho a linguagem que articula os objetos em combinações lógicas verdadeiras ou falsas: “1.2 O mundo resolve-se em fatos / 1.2.2 Algo pode ser o caso ou não ser o caso e tudo o mais permanecer na mesma” (WITTGENSTEIN, 1921, p.129).

O filósofo, como expresso por ele no prefácio do *Tractatus Logico-Philosophicus*, acreditava que tinha desvendado o método de representação de significados que colocaria fim a quaisquer dúvidas que restaram no campo da filosofia. Segundo Wittgenstein, “O [*Tractatus*] trata dos problemas filosóficos e mostra [...] que a formulação desses problemas repousa sobre o mau entendimento

---

<sup>7</sup> Segundo Monk (1995), Wittgenstein teria relatado o episódio ao filósofo Georg Henrik von Wright, seu sucessor como professor na Universidade de Cambridge.

da lógica de nossa linguagem” (WITTGENSTEIN, 1921, p.125). Essencialmente, traçou-se um risco na areia sobre o que a filosofia pode, consegue e *deve* falar:

“6.53 O método correto da filosofia seria propriamente este: nada dizer, senão o que se pode dizer; portanto, **proposições da ciência natural** – portanto, algo que nada tem a ver com filosofia; e então, sempre que alguém pretendesse dizer algo de metafísico, mostrar-lhe que não conferiu significados a certos sinais em suas proposições. Esse método seria, para ele insatisfatório – não teria a sensação de que lhe estivessemos ensinando filosofia; mas esse seria **o único rigorosamente correto.**”

6.54 Minhas proposições elucidam dessa maneira: quem me entende acaba por reconhecê-las como contra-sensos, após ter escalado através delas – por elas – para além delas. (Deve, por assim dizer, jogar fora a escada após ter subido por ela.)

Deve sobrepujar essas proposições, e então verá o mundo corretamente.

#### 7 **Sobre aquilo que não se pode falar, deve-se calar.”**

(WITTGENSTEIN, 1921, p.261, grifo próprio)

Pode-se observar certo isolamento do debate por parte da metodologia associada à metafísica atomística do *Tractatus* e a adoção do Silêncio Wittgensteiniano – o solipsismo<sup>8</sup>. Nada mais é do que uma “solução” da filosofia de forma apologética à naturalização das ciências humanas: Tudo aquilo que se faz relativo ou contextual não é contemplado de significado por não corresponder de maneira proposicional ao que este tenta representar no mundo.

De 1929 a 1946, Wittgenstein e Piero Sraffa, autor de *Produção de Mercadorias por Meio de Mercadorias* – considerado um dos pioneiros na crítica da metodologia individualista atomística da economia neoclássica –, começam a se encontrar semanalmente para discussões acerca de seus trabalhos (CHAPARRO, 2018). Sraffa, apesar de economista, era interessado por obras da filosofia e da matemática, indicando que o início da relação dos dois tenha sido construída sobre esses tópicos sobre as contribuições de Wittgenstein. O economista italiano, durante os anos dessa amizade, teve um papel essencial em apontar os grandes equívocos – como muito já vinha fazendo com sua crítica ao atomismo individualista da

---

<sup>8</sup> Doutrina filosófica que reduz a existência no *eu* e seus sentidos; todas as representações do real são fruto da mente do *eu* observador.

economia neoclássica – do atomismo filosófico do Jovem Wittgenstein (CHAPARRO, 2018).

O trabalho supracitado de Piero Sraffa se caracterizou por críticas às funções de ofertas Marshallianas, onde afirmava que os conceitos de equilíbrios parciais se tornavam equivocados quando consideradas relações de interdependência entre firmas e agentes econômicos (SRAFFA, 1960). Seus postulados econômicos, portanto, se apoiavam em relações interconectadas e socialmente construídas. Para Sraffa, a determinação de preços marginalistas, ao considerar a relação da formação destes por fatores exclusivos de demanda, era equivocada pois ignorava a propriedade de produção de excedentes do sistema econômico e, conseqüentemente, a formação de preços na economia seguia uma determinação política de distribuição desse excedente (DAVIS, 2002).

Ao que se tem confirmado pelo próprio Piero Sraffa ao economista Alessandro Roncaglia, o episódio considerado como ponto de inflexão no pensamento wittgensteiniano – conhecido como “Anedota do Trem” – foi durante uma discussão entre Piero e Ludwig em uma de suas viagens. Wittgenstein teria insistido a Sraffa sua tese de uma linguagem exclusivamente declaratória de fatos por vias proposicionais, possuidora da mesma composição lógica daquilo que ela trata. O economista italiano então disparou um gesto escarneador a Wittgenstein e, logo em seguida, questionado qual seria a forma lógica no mundo daquele gesto. Por óbvio a mensagem que se tinha intenção foi passada ao filósofo austríaco e, claramente, transmitiu significado por vias não-proposicionais (CHAPARRO, 2018):

“Wittgenstein e P. Sraffa, um professor de economia na Universidade de Cambridge, discutiam bastante sobre as ideias do *Tractatus*. Um dia (eles estavam em uma viagem, creio eu, de trem) quando Wittgenstein insistia que uma proposição e aquilo que ela descreve deve ser da mesma ‘forma lógica’, da mesma ‘multiplicidade lógica’, Sraffa fez um gesto, comum aos Napolitanos que significava algo como desgosto ou desprezo, que consistia em raspar a parte de baixo do queixo por meio de uma varredura para fora com a ponta dos dedos de uma mão. E [Sraffa] perguntou: ‘Qual é a forma lógica disso?’ O exemplo de Sraffa provocou em Wittgenstein um sentimento de que havia um absurdo em insistir que uma proposição e aquilo que ela descreve deve ter a mesma ‘forma’. Isso o libertou do conceito de que uma proposição necessita ser literalmente uma ‘foto’ da realidade que ela descreve.” (MALCOLM, 1958, p. 69 apud DAVIS, 1988)

Os temas acerca da linguagem e filosofia eram familiares e caros ao Sraffa devido seu histórico com o filósofo marxista Antonio Gramsci durante a década de 1920. Ambos trabalhavam juntos em publicações na revista “*L’Ordine Nuovo*”, fruto de um grupo estudantil socialista que faziam parte; além de sua proximidade com o Partido Comunista Italiano. Para Gramsci, enquanto preso e escrevendo *Os Cadernos do Cárcere*, a linguagem já vinha sendo assunto de investigação na Itália pelo menos desde os anos 30 por conta dos projetos de padronização da língua italiana pelo governo Mussolini. A medida proibia o uso de palavras estrangeiras como forma de legitimação de um espírito nacionalista e, como consequência, promovia uma aculturação dos diversos dialetos existentes no país (CHAPARRO, 2018). É, portanto, nesse contexto, muito razoável inferir que Sraffa tenha absorvido as definições de *filosofia espontânea* de Gramsci, essenciais para sua crítica aos pressupostos de representação e significado contidos no *Tractatus* de Wittgenstein:

“É preciso, portanto, demonstrar preliminarmente que todos os homens são “filósofos”, definindo os limites e as características desta “filosofia espontânea”, peculiar a “todo o mundo”, isto é, da filosofia que está contida: 1) na própria linguagem, que é um conjunto de noções e de conceitos determinados e não, simplesmente, de palavras gramaticalmente vazias de conteúdo; 2) no senso comum e no bom senso; 3) na religião popular e, conseqüentemente, em todo o sistema de crenças, superstições, opiniões, modos de ver e de agir que se manifestam naquilo que geralmente se conhece por ‘folclore’.” (GRAMSCI, 1999, p. 93)

Adiante, para além dos agradecimentos abertos<sup>9</sup> e anedotas curiosas, Grieve (2004) busca investigar a validade das afirmações de Roncaglia: Os paralelos metodológicos e epistemológicos que sustentam afirmar que o *Tractatus Logico-Philosophicus* está para a ortodoxia econômica e as *Investigações Filosóficas* está para *Produção de Mercadoria por Meio de Mercadorias*; e,

---

<sup>9</sup> “Desde que comecei, pois há dezesseis anos, a me ocupar novamente com a filosofia, tive que reconhecer graves erros naquilo que eu expusera naquele primeiro livro [*Tractatus*]. Ajudou-me a reconhecer estes erros - nem eu mesmo consigo avaliar em que medida - a crítica de Frank Ramsey às minhas ideias - com quem as discuti em inúmeras conversas durante os dois últimos anos de sua vida. - Mais ainda do que a esta crítica - sempre vigorosa e segura, - sou agradecido à crítica que um professor desta universidade [de Cambridge na Inglaterra], Sr. P. Sraffa, continuamente fez aos meus pensamentos, durante muitos anos. A este estímulo devo as mais fecundas ideias deste escrito.” (WITTGENSTEIN, 1953, p. 12)

consequentemente, a relação da trajetória intelectual de Wittgenstein com a crítica feita à teoria do valor marginalista por Sraffa. Para tanto, toma-se como ponto de partida a primeira consideração acerca das semelhanças entre a teoria wittgensteiniana e a teoria marginalista; feita por Alessandro Roncaglia em *Sraffa and the Theory of Prices* em 1978.

Ao se analisar a escola da economia marginalista, percebe-se que seu método pressupõe que todos os vários tipos de problemas pelos quais somos apresentados podem ser derivados e, assim, concebidos através de um único problema mais fundamental. É por meio de uma teoria generalizante - dos quais muitos de seus pressupostos são fundamentações para a tradição neoclássica - que se assume, portanto, uma *problemática geral*: A maximização da função de utilidade (RONCAGLIA, 1978).

Não podemos, no entanto, interpretar Roncaglia de forma literal. As considerações do autor acerca da teoria da linguagem do Jovem Wittgenstein e a teoria econômica marginalista têm que ser entendidas em sua *natureza e método*. Como cada uma diz respeito à sua própria ciência circunscrita, ainda sim existe, dentro de seu escopo específico, similaridades no *caráter* dessas análises econômicas e da linguagem:

“Wittgenstein estava preocupado em compreender como a linguagem é fundamentada na realidade; os teóricos marginalistas desejavam explicar como valores relativos refletiam as dadas condições de demanda e oferta que existem na economia”. (GRIEVE, 2004, p. 3)

Portanto, com base em Roncaglia (1978, p. 119), “[...] a escola marginalista busca uma teoria ‘geral’ capaz de resolver o problema ‘geral’ que eles acreditavam ter sido identificado pela ciência econômica. Todos os vários problemas que podem se apresentar na realidade são então considerados como variações particulares da representação desse problema geral. O único método de solucionar isso é, portanto, o aplicável para as diversas permutações desse problema ‘geral’”. O neoclassicismo acredita que o problema geral é a utilização do tempo e dos recursos da melhor forma possível, i.e. maximização da função de utilidade:

“Do ponto de vista neoclássico, a problemática ‘geral’ da economia se trata da sociedade fazer o melhor (maximização de utilidade) uso de determinados recursos. Roncaglia enfatiza que a essência da teoria

econômica neoclássica (ou marginalista) é a teoria da escolha, de otimização com restrições, onde agentes racionais, sejam eles consumidores ou produtores, atingem seu ponto ótimo por meio de substituição marginal. Cada agente, buscando maximizar seu lucro ou utilidade, reage aos preços de mercado; e as ações de todos os agentes são coordenadas através do funcionamento do mecanismo de preços. Partindo dessa perspectiva, a teoria econômica contém uma unidade elegante: Todos os problemas que envolvem o consumo, a produção e a distribuição são compreendidos como solucionáveis da mesma forma que os mercados competitivos reconciliam os interesses e ações minimizadoras dos agentes individuais. Como é evidente a partir do desenvolvimento sequencial de Walras de modelos progressivamente mais elaborados, o desenvolvimento da análise teórica para explicar o funcionamento do sistema econômico conceitual mais simples (apenas trocas) é levado como igualmente aplicável à mais complexa (e supostamente mais realista) representação da realidade econômica.” (GRIEVE, 2004, p. 3-4)

Assim, segundo Roncaglia (1978, p. 120), a combinação de métodos analíticos - seja qual for o escopo científico do problema - implica na composição pela exclusão. Isto é, a contribuição de análises parciais ocorre nos termos dos limites que cada método apresenta ao excluir um ou outro aspecto significativo de representação da realidade e, conseqüentemente, de capacidade da resolução de sua problemática. No caso da teoria econômica neoclássica, sua metodologia generalizante implica assumir que todos os problemas de natureza econômica podem ser resolvidos através dela (RONCAGLIA, 1978). Assim, assume-se que a propriedade de abarcar plenamente a problemática a qual se debruça um método científico de investigação é a existência de um *elemento fundamental* deste campo científico. Nas palavras de Paul Samuelson em *Fundamentos da Análise Econômica*:

“A existência de analogias entre as características centrais de várias teorias implica a existência de uma teoria geral que subjaz às teorias particulares e as unifica com relação a essas características centrais” (SAMUELSON, 1997, p. 29)

Para tal, o elemento fundamental para uma abordagem econômica ortodoxa é a maximização do bem-estar do agente econômico em questão diante de suas preferências, estado da tecnologia e recursos finitos (VARIAN 1987, PINDYCK 1991); elementos elaborados no marginalismo dos quais os neoclássicos são

herdeiros. Os valores relativos que surgem através da livre competitividade dos mercados constituem, para todos os bens e serviços, índices de escassez que em dadas condições de oferta e demanda refletem exclusivamente contribuições marginais para utilidade dos agentes econômicos (GRIEVE, 2004). Em todo caso, isso representa, nos termos da concepção do *Tractatus Logico-Philosophicus* de Wittgenstein, uma abordagem anti-epistemológica (ou anti-psicológica nos termos da linguagem; i.e. não-conferente de uma perspectiva historicamente constituída) (WITTGENSTEIN, 1921).

A teoria da figuração de Wittgenstein, nesse sentido, elabora como a linguagem representa um estado de coisas na realidade através da nomeação de objetos simples em proposições elementares. Assim, ao que elabora Roncaglia (1978), ambas abordagens - a wittgensteiniana do *Tractatus* e a marginalista de Walras - ao que parece, se apresentam como o ponto final de representação e solução de suas problemáticas. Observando Wittgenstein, podemos conferir sua similaridade com Samuelson acerca das considerações introdutórias de suas obras que reafirmam suas pretensões metodológicas generalizadoras:

O livro trata dos problemas filosóficos e mostra - creio eu - que a formulação desses problemas repousa sobre o mau entendimento da lógica da nossa linguagem. [...] a *verdade* dos pensamentos aqui comunicados parece-me intocável e definitiva. Portanto, é minha opinião que, no essencial, resolvi de vez os problemas. (WITTGENSTEIN, 1921, p.125-127)

Uma proposição verdadeira, para Wittgenstein, implica na equivalência de três estruturas da linguagem: 1) A configuração de objetos simples no mundo em uma relação entre si; 2) A configuração de elementos mentais que *figuram* tal relação entre esses objetos; 3) A configurações de símbolos (ou nomes) que também figuram a relação entre os objetos. São, portanto, estruturas em três diferentes campos: Realidade, Pensamento e Linguagem. Assim, a elaboração de um pensamento, expresso ou não através da linguagem, torna-se uma figura:

## 2.1 Figuramos os Fatos.

2.11 A figuração representa a situação no espaço lógico, a existência e a inexistência de estados de coisas.

2.12 A figuração é um modelo da realidade.

(WITTGENSTEIN, 1921, p. 135)

E, dessa forma, o conjunto das figuras, torna-se linguagem:

4. O pensamento é a proposição com sentido.

4.001 A totalidade das proposições é a linguagem...

4.1 A proposição é uma figuração da realidade. A proposição é um modelo da realidade tal como pensamos que seja.

(WITTGENSTEIN, 1921, p. 155, p. 165)

O valor de verdade de uma proposição enunciada é, com isso, quando o pensamento e linguagem *coincidem* na reprodução do que eles descrevem. Consequentemente, fica explícito no *Tractatus* a ideia que há uma forma lógica inerente à linguagem que atribui significado ao que se pode ser enunciado e, fatalmente, ao que não pode: “Sobre aquilo que não se pode falar, deve-se calar” (WITTGENSTEIN, 1921, p. 261). Ou, em outras palavras do mesmo autor:

O [*Tractatus*] pretende, pois, traçar um limite para o pensar, ou melhor - não para o pensar, mas para a expressão dos pensamentos: a fim de traçar um limite para o pensar, deveríamos poder pensar os dois lados desse limite (deveríamos, portanto, poder pensar o que não pode ser pensado).

O limite só poderá, pois, ser traçado na linguagem, e o que estiver além do limite será apenas um contrassenso.

(WITTGENSTEIN, 1921, p. 125)

Apresenta-se diante de nós uma teoria *universal* da linguagem por via da validação de proposições verdadeiras em relação à realidade. Assim, analisando os postulados Wittgensteinianos ortodoxos supracitados em paralelo com a teoria do valor da economia neoclássica, podemos traçar algumas considerações significativas. O valor na escola marginalista é apresentado através de um conjunto de representações *formalizadas* universalmente aplicáveis; cálculos de utilidade capazes de explicar todos os valores relativos de todos os bens e serviços do sistema econômico “determinados na exata mesma forma por forças de mercado e como exclusivamente correspondente para as condições dadas de oferta e

demanda”. Nada mais que um modelo de realidade através da relação cruzada entre condições materiais e a subjetividade das preferências dos agentes atômicos, justificados por relações de valor. Enfim, as condições materiais da teoria marginalista fazem o papel do objeto e os *state of affairs*; as preferências e utilidades a *figuração* das relações das condições materiais; e o valor a configuração dos *símbolos* (ou *nomes*) que figuram as condições materiais. Em ambas as teorias, guardadas aos seus devidos escopos, “estão relacionadas uma a uma aos componentes atomísticos da realidade”:

“De acordo com as respectivas teorias, sob todas as circunstâncias, todos os significados que entendemos e todos os valores (relativos) que percebemos correspondem de maneira específica e única ao estado do mundo – a um estado de coisas que temos que aceitar como o contexto em que vivemos. Em cada caso, no que diz respeito aos fenômenos da linguagem ou da economia, uma teoria geral, abrangente, fornece a interpretação.” (GRIEVE, 2004)

Podemos, por conseguinte, encontrar a representação do *ethos* do neoclassicismo econômico no *Tractatus Logico-Philosophicus* de Wittgenstein e todas as suas implicações filosóficas e existenciais que ele carrega; e, paralelamente, podemos encontrar a representação material de um mundo “*Tractalizado*” - exclusivamente proposicional em sua enunciação/representação de seu significado - na teoria econômica marginalista.

A rejeição da teoria da figuração proposicional da linguagem no *Tractatus* surge com uma nova concepção de linguagem e atribuição de significado pelo próprio Wittgenstein em *Investigações Filosóficas*. De mesma forma, Piero Sraffa elabora uma teoria contra hegemônica de análise de valores de equilíbrio relativos em um contexto econômico produtor de excedentes; uma oposição direta à teoria marginalista do valor e da distribuição. O que resta investigar para além das constatações é se realmente há semelhanças metodológicas entre as análises amadurecidas de Wittgenstein acerca da natureza lógica da linguagem e a teoria de valor contida na teoria econômica Sraffiana; considerando ambas enquanto críticas e/ou afastamentos coincidentes às escolas as precederam, guardadas em seus devidos escopos.

Sraffa supõe, observando a economia *do mundo real*, que um dos fatores determinantes para explicar a produção capitalista é a produção de um excesso de *output* necessário para reposição de todo *input* do ciclo produtivo - um propósito; uma **regra**: toda tomada de decisão baseia-se na produção de um excedente e, através da apropriação privada dessa produção, geração de lucro. O *significado* do processo produtivo se explicita em sua capacidade geradora de um excedente econômico, uma categoria escanteada pela teoria da escola neoclássica. A lógica pela qual Sraffa se utiliza para elaborar o conceito de *fator determinante* de um sistema produtor de mercadorias através de mercadorias implica em uma nova teoria de valor econômico: A de que a teoria marginalista de valores relativos enquanto índices singulares de escassez não se aplica à uma economia capaz de produzir um excedente. Assim, definitivamente, “a teoria de Sraffa [...] tem a pretensão de revelar algo sobre a economia do *mundo real*.” (GRIEVE, 2004, p. 6)

A rejeição de Wittgenstein de seus escritos no *Tractatus* surge com o entendimento de que geralmente a significância de uma palavra (i.e. um símbolo) não é atribuída através de derivações de proposições menos elementares para mais elementares e, para além dessa manobra, uma derivação ainda mais acentuada desta última em *objetos simples* de que se atribui a representação de significado às coisas no mundo que assim ocorrem através do uso da linguagem. O que ele chega a conclusão é: A complexidade proposicional de um enunciado depende fatalmente de *como* é feita essa enunciação, colocando em xeque a manobra de derivação dessas proposições em formas mais simples e assim por diante até seu estado atomístico de símbolo (WITTGENSTEIN, 1953). A consciência da superação deste “mundo de espelhos” pode ser constatada no seguinte trecho:

114. *Tratado Lógico-Filosófico* 4.5: “A forma geral da proposição é: as coisas estão assim e assim”. - Esta é uma proposição de espécie que se repete inúmeras vezes. Acredita-se estar indo sempre de novo atrás da natureza, e vai-se apenas ao longo da forma pela qual nós a contemplamos

115. Uma *imagem* mantinha-nos prisioneiros. **E não podíamos escapar**, pois ela residia em nossa linguagem, e esta parecia repeti-la para nós, inexoravelmente.

(WITTGENSTEIN, 1953, p. 72, grifo do autor)

Assim, os significados são atribuídos em seus *contextos particulares*; em seus *jogos-de-linguagem*. Surge, portanto, uma categoria elementar *impossível* de

análise por via de um método analítico *geral* das proposições; esse objeto simples que mantinha uma perspectiva de significância da realidade precisa, portanto, ser abandonado. Pode-se dizer, então, que a perspectiva de Wittgenstein acerca da análise da linguagem muda para um escopo de investigação acerca das *diferenças* de atribuição de significado e uso cotidiano socialmente construído da língua - os *jogos-de-linguagem* -, o oposto de uma busca pela síntese atomística que, supostamente, tratava da *semelhança elementar* de todo uso da linguagem (GRIEVE, 2004).

Acerca de Sraffa, Alessandro Roncaglia enfatiza a semelhança entre ele e Wittgenstein pelo fato deste ter abandonado essa síntese analítica atomista de seu método: “Em todo campo científico a ideia de uma teoria geral e abrangente é superior às teorias ditas ‘parciais’ têm mostrado seu apelo” (RONCAGLIA, 1972, 118). É exatamente a mesma tensão metodológica entre *Tractatus/Investigações Filosóficas* e as análises de equilíbrio geral do neoclassicismo econômico/análises parciais que subjazem a teoria econômica Sraffiana.

Em *Produção de Mercadoria por Meio de Mercadorias* é demonstrado que a análise neoclássica de valores relativos enquanto índices de escassez torna-se obsoleta com a introdução da capacidade de produção de excedente econômico por meio da produção capitalista - uma categoria ordinária observada em qualquer economia industrial (SRAFFA, 1960). Os postulados Walrasianos, portanto, fazem sentido por não considerarem a produção de bens e serviços em seus sistemas controlados. Estes podem até dizer respeito sobre trocas econômicas de ordem simples, mas não podem ser generalizados para além disso ao tentarem explicar toda a gama de atividades econômicas de um sistema mais complexo constatatadamente na realidade. Consequentemente, o extrapolamento da teoria marginalista dos valores relativos como indicadores de escassez para além de seus claros limites metodológicos fazem com que ela, ao invés de representar uma demonstração de como o mundo opera, crie uma *virtualidade* do real para que esse método de análise econômica sirva de representação.

“Nós sugerimos que a conclusão a ser tirada da crítica implícita de Sraffa à ortodoxia neoclássica é **que a ciência econômica precisa se libertar do hábito marginalista de compreender todos os problemas econômicos nos mesmos termos e explicáveis por meio das mesma análise de otimização**

**com restrições, e adotar quando necessário linhas de aproximação aplicáveis que não force o assunto sob investigação a um quadro conceitual pré-concebido e distorcido.**

Assim como Wittgenstein em *Investigações Filosóficas* reconhece que uma teoria do significado 'de tamanho único' não captura a diversidade do uso linguístico real, os economistas (do mainstream) precisam abrir seus olhos para as contribuições que, em suas áreas do conhecimento e tradições analíticas particulares, para além da neoclássica – por exemplo antiga clássica, **Keynesiana**, institucional –, são relevantes para plena compreensão.” (GRIEVE, 2004, p. 9, grifo próprio)

A crítica de Sraffa acerca da ortodoxia econômica, como Wittgenstein acerca de sua rejeição da concepção do real através de objetos simples, se baseou na suspeição da capacidade da teoria marginalista em representar plenamente todos os problemas de natureza econômica com assertividade. Uma teoria generalista - seja na filosofia da linguagem, seja nas ciências econômicas - inconsistências (ou contradições, em outras palavras) são equivocadamente manipuladas para que se encaixem à uma “estrutura conceitual inapropriada”.

Cabe, assim, observar o chamado *imperialismo teórico* da escola marginalista. Com isso, entende-se a “propensão de extensão da abordagem marginalista para além de seus devidos limites de aplicação em áreas onde outros modos de análise seriam mais apropriados” (GRIEVE, 2004 , p. 9). Foi devido tamanha influência de uma teoria capaz de representar a maximização das utilidades - em um primeiro momento ao comportamento dos consumidores e, em seguida, uma extrapolação à esfera produtiva - que não houve uma reflexão da aplicabilidade metodológica por parte dos economistas marginalistas. O que ocorreu, na realidade, foi uma *aceleração* do método: Uma manipulação intencionada do objeto de estudo da ciência econômica para sua acomodação no método analítico neoclássico. “Perceba como, enquanto o campo é ampliado quando produção e distribuição são abordadas, a metodologia se mantém a mesma” (GRIEVE, 2004 , p. 9):

“Para lidar com a produção e distribuição, a função de utilidade neoclássica é, para todas as intenções e propósitos, reinventada como a função de produção, com curvas de indiferença renomeadas como isoquantas; o agente tomador de decisão é agora produtor ao invés de consumidor, mas é representado se comportando no exato mesmo jeito, atendendo a um ponto de ótimo com restrições (custo mínimo ao invés de maximização de utilidade) por meio de

substituições marginais. Enquanto a função de utilidade pode fazer sentido como a estrutura de análise do comportamento do consumidor, o paralelo com a função de produção é muito mais difícil de racionalizar em termos das realidades da produção industrial” (GRIEVE, 2004, p. 9)

Aqui, novamente, mapeamos os paralelos entre a fundamentação metodológica do neoclassicismo econômico e a metodologia atomística presente na teoria wittgensteiniana do *Tractatus Logico-Philosophicus*: O sistema de equivalência geral [sistema econômico] enquanto o *state of affairs*; a transformação de todos os objetos [cálculo de utilidade dos agentes econômicos] fazendo o papel da *figuração do mundo enquanto tudo aquilo que ocorre*; e, por fim, o valor monetário enquanto o símbolo de um objeto simples que se relaciona com outros objetos de mesma natureza para formar o *state of affairs*.

A teoria marginalista, assim, ao tratar o *output* de uma produção uma mera relação matemática entre força de trabalho e capital, torna impossível uma atribuição de significado a *capital* nesse contexto: Assumir que o capital seja um fator de produção manipulado pelo trabalho *necessita* que esse fator seja homogêneo por excelência, o que não condiz com a experiência prática de uma instalação industrial com maquinário, ferramentas e até *um lugar fixo no espaço* onde ocorre a produção. Não passam de pressupostos não aplicáveis de maneira geral no mundo. Além disso, analisando a função de produção marginalista e comparando-a com a realidade, a homogeneidade dos fatores de *input* produtivos em relação um com o outro mostra como os mesmos são impossíveis de serem compreendidos em suas produtividades marginais descolados uns dos outros como a metodologia neoclássica assim exige. Essa exigência implica em uma falta de espectro de matrizes tecnológicas disponíveis para a produção de bens e serviços.

Tudo aponta para a compreensão de que as lacunas analíticas da teoria neoclássica da produção e da distribuição são fruto de aplicação indiscriminada do método de análise de comportamento do consumidor:

“Criou-se uma elegante análise geral que abrange consumo, produção e distribuição, mas ao infeliz preço de deturpar (e por vezes negligenciar) elementos da realidade não naturalmente compatíveis com o tratamento teórico neoclássico.” (GRIEVE, 2004, p. 10)

E mais adiante:

“Sem entrar em detalhes, podemos observar que existem outras áreas da economia – por exemplo, relacionadas a flutuações macroeconômicas e desemprego – onde a interpretação neoclássica geral de que a coordenação através do mercado das decisões otimizadoras de agentes racionais pode levar a um resultado socialmente desejável precisa, por razões de lógica, ser substituída por uma abordagem teórica alternativa – digamos, nesse contexto, **de caráter genuinamente keynesiano.**” (GRIEVE, 2004, p. 10)

Podemos assumir, portanto, como expostas as semelhanças de natureza metodológica entre a filosofia da linguagem wittgensteiniana nas *Investigações Filosóficas* e as análises econômicas acerca da produção de bens e serviços de Sraffa como *anti-generalizadoras* (RONCAGLIA, 1978). Elas buscam, por essência, desbancar uma visão atomizadora que atribui soluções aos problemas de seu escopo com base em um axioma atomístico: Os objetos simples no caso do *Tractatus* e os valores enquanto índices de escassez na teoria Walrasiana. Em ambas as teorias desbancadas, tanto os tais objetos simples como a representação do valor (relações entre funções de produção e utilidade de todos os bens e serviços em uma economia) são, antes de qualquer coisa, *necessários* que existam. Eles surgem *a priori* até mesmo das relações socialmente construídas. “Por efeito, a lei do valor é considerada como tendo um status similar, digamos, à lei da gravidade, ao determinar condições pelas quais membros da comunidade devem reger suas vidas” (GRIEVE, 2004, p. 11).

Para além da crítica metodológica Sraffiana, fica clara uma crítica *institucional* acerca dos determinantes que regem a dinâmica do poder econômico das classes sociais no capitalismo. “Valores relativos... não independem das relações socioeconômicas que existem entre os membros da sociedade” (GRIEVE, 2004, p. 11). Assim, segundo a visão exposta em *Produção de Mercadorias por Meio de Mercadorias*, a noção de valor em uma sociedade é historicamente constituído - valor, nesse sentido, significa coisas distintas em uma economia capitalista e outra, digamos, socialista; assim como significaria algo distinto em uma economia regulamentada *versus* uma radicalmente desregulamentada. Portanto, assim como Wittgenstein elabora ao final de sua trajetória intelectual, o método heterodoxo de Piero Sraffa sugere que o **significado** de valor não independe do contexto em que é

articulado: “Valores relativos [da teoria marginalista] não são independentes da natureza da ordem social pela qual a atividade econômica se encontra” (GRIEVE, 2004, p. 11).

Portanto, a tese de Wittgenstein sobre a forma de representação do significado através de uma linguagem exclusivamente proposicional encontra suas limitações metodológicas no fato de diversos itens da linguagem não adquirirem significado pela representação de objetos no mundo em operações lógicas proposicionais. É complicado afirmar, assim, que dado objeto referenciado linguisticamente é o significado do termo: “Se nós fossemos dizer ‘N foi embora’, certamente não queremos dizer ‘o significado de “N” foi embora” (DAVIS, 1996). Sem falar na possibilidade de termos linguísticos distintos tratarem do mesmo objeto e terem significados diferentes; e, ao contrário, termos distintos que possuem o mesmo significado tratando de objetos diferentes. Ainda nesse sentido, Frank Ramsey escreve sobre a situação limítrofe da representação por meio de proposições dependentes, em última instância, de tautologias – as chamadas “proposições elementares”; sempre verdadeiras. Ramsey, em *“Critical notices: ‘Tractatus Logico-Philosophicus’*”, de 1923, aponta a insuficiência da eterna derivação de contradições em busca de uma tautologia que, segundo ele, não se formaliza. Sobre a incapacidade solipsista do atomismo filosófico contido no *Tractatus* de contornar contradições:

“É um princípio [da teoria] do Sr. Wittgenstein, e, se verdadeiro, é uma importante descoberta, que toda proposição genuína afirma algo possível, mas não necessário. Isso decorre de sua ideia de proposição enquanto a expressão de acordo e desacordo com possibilidades-de-verdade de proposições elementares independentes, de tal forma que a única necessidade é a tautologia, e a única impossibilidade é a contradição. Existe uma grande dificuldade em sustentar essa afirmação; pois Sr. Wittgenstein admite que um ponto no espaço visual *não pode* ser ao mesmo tempo vermelho e azul; e, de fato, senão, uma vez que ele pensa que induções não possuem base lógica, não devemos ter razão para achar que não podemos encontrar um ponto no espaço visual que é ao mesmo tempo vermelho e azul. Por isso ele fala que “Isso é vermelho e azul” é uma contradição. Isso implica que os aparentemente simples conceitos vermelho, azul (supondo-nos que queremos dizer com essas palavras cores absolutamente específicas) são muito complexos e formalmente incompatíveis. Ele tenta mostrar como isso pode ocorrer, analisando-os em termos de vibrações. Mas mesmo supondo, portanto, que físicos fornecem uma análise sobre o que entendemos por “vermelho”, Sr. Wittgenstein está apenas reduzindo a dificuldade

para aquilo que são propriedades *necessárias* do espaço, tempo, e matéria, ou o éter. Ele explicitamente faz [o conceito] depender da *impossibilidade* de uma partícula estar em dois lugares ao mesmo tempo. Essas propriedades necessárias do espaço e tempo são dificilmente capazes de serem novamente reduzidas da mesma forma. Por exemplo, considerando estar entre um ponto no tempo no que diz respeito às minhas experiências; se B está entre A e D, e C entre B e D, então C deve estar entre A e D; mas é difícil de ver como isso pode ser uma tautologia formal.” (RAMSEY, 1923, pp. 473)

Assim, em *Investigações Filosóficas*, Wittgenstein conclui que a investigação da finalidade da linguagem é apenas parte do que envolve significado. A linguagem não é atribuída a significados apenas por tratar do que “é ou não o caso”, então a compreensão da articulação de diversos mecanismos de linguagem sugere uma conclusão melhor sobre significados: “Veja a frase como instrumento, e seu sentido como seu emprego!” (WITTGENSTEIN, 1953, p.171).

#### **4) Keynes e Wittgenstein: Influências prévias comuns**

##### ***George Edward Moore***

George Edward Moore (1873-1958) foi um filósofo analítico; um dos importantes fundadores da tradição britânica no campo da lógica formal. Ele foi o idealizador do grupo de estudos e discussões do qual, dentre muitas outras mentes brilhantes, John M. Keynes fazia parte (DAVIS, 2019a). Sem dúvida alguma foi fundamental para a formulação do *Tractatus Logico-Philosophicus* de Ludwig Wittgenstein e, mesmo sendo alvo de muitas críticas no ensaio acerca de suas convicções iniciais, foi muito importante para o desenvolvimento intelectual de Keynes (DAVIS, 2019a).

Sua *Magnum Opus*, *Principia Ethica*, tratava de uma crítica à falácia naturalista: A ideia de que bem e mal, prazeroso e desagradável eram categorias inabaláveis; definidas em si mesmas por serem portadoras de propriedade natural que indiferenciado o uso desses termos com sua própria definição. O que perpassa o argumento de Moore em sua crítica a esse tipo de axioma é a noção de que o bom é algo indefinível por si só. Por um lado ele pode categorizar algo que pode ser mostrado, porém é impossível de se derivar em objetos mais simples.

Contudo, a impossibilidade de derivação deste conceito não o impediu de compreendê-lo para além de uma abordagem utilitarista. Não se trata de uma problemática do quê ou como se define o *bom*, mas de uma questão de “o que devemos fazer?”. Diante da indefinição de algo bom em si mesmo, devemos perseguir a realização da maior quantidade de prazer possível - a maximização da função de utilidade em um vocabulário econômico. Isso implica, por conseguinte, no pressuposto de que a perseguição desse objetivo - a maximização da utilidade - depende da plena capacidade do sujeito utilitarista em computar todas as condições de seus atos que o levarão à consequência desejada em um futuro completamente incerto. Diante da incapacidade de processamento da razão humana diante uma miríade de probabilidades, a teoria de Moore acerca do comportamento é baseada na simplificação de uma moralidade do senso comum presente a todo tempo no juízo do sujeito utilitarista.

Sem dúvida alguma, a teoria de G. E. Moore mostra o lado comprometido com o realismo do filósofo, uma vez que busca representar o dever por meio de um cálculo utilitário; mas, por outro lado, mostra o papel do senso comum - mesmo fundamentado em um axioma do juízo e do dever enquanto perseguidores da maior quantidade de *coisas boas* possíveis - na constituição do conhecimento e da racionalidade. Nesse sentido, *Principia Ethica* ressoou significativamente com Keynes em seu aspecto de conceitualização de probabilidade em uma teoria do conhecimento.

A obra em questão foi publicada em agosto de 1903, pouco tempo depois da entrada de John M. Keynes nos *Apóstolos* de Cambridge. O então jovem estudante de filosofia demonstrou que a noção de uma dependência de regras da conduta humana baseadas no senso comum dependia essencialmente de uma suposição heróica de que as probabilidades futuras são fundamentadas nas evidências de experiências passadas; para o jovem Keynes, as experiências pregressas pouco tinham peso na determinação das probabilidades futuras, uma vez que muitos dos eventos que estão por vir possuem algum registro no passado (DAVIS, 2019a). Keynes, entretanto, não descartava o instrumental matemático para o cálculo probabilístico, digamos, da jogada de uma moeda ao alto. A possibilidade desta moeda cair, para além de um simples “meio a meio”, depende de uma série de outros fatores que compõem o ato de jogá-la em primeiro lugar: A confiabilidade

desta moeda; a técnica de rolagem da moeda do ar precisa ser imaculada todas as vezes; todas as precauções conscientes de que nenhum fator deixou de ser o mais constante para favorecer um ou outro lado da moeda - *ceteris paribus*. Essencialmente, o esforço de representação matemática da probabilidade é, indubitavelmente, importante para traçar uma determinação estatística da probabilidade investigada em questão; entretanto, o que é posto em discussão com os questionamentos de John M. Keynes em "*Ethics in Relation to Conduct*" é que a evidência de um cálculo de probabilidade é somente carregado de significado quando passa pelo crivo epistemológico do juízo que tomamos em cima de tal resultado e, conseqüentemente, de como ele se sustenta diante da experiência do real. Em suma, isso significa que o ato de julgamento sobre a evidência posterior de um evento é muito mais determinante de uma "conduta correta" do que a evidência em si: A inferência de uma probabilidade é muito mais uma questão de juízo e lógica do que frequência estatística.

Keynes, entretanto, não deixa de criticar a ideia principal contida em *Principia Ethica* de que, apesar de *bom* não se tratar de uma categoria finita em si mesma, portadora de uma propriedade natural que assim a define, o dever de um sujeito é perseguir aquilo que está contido a propriedade intrínseca de *bom*. É este, portanto, apesar das considerações epistemológicas acerca da probabilidade, o ponto em que Keynes mantém com Moore em *Um Tratado Sobre a Probabilidade* e, posteriormente, motivo de autocrítica em *My Early Beliefs*: A busca por maximização da utilidade, respaldada em um artifício racional de interpretação probabilística, ainda assombrava a teoria do conhecimento que tinha elaborado - a "religião descartada a sua moral" de Moore (KEYNES, 1938, p.436). De certa forma, Keynes, em sua juventude, não abriu mão da crítica à falácia naturalista de *Principia Ethica* e contribuiu criticamente à obra de Moore em um campo metodológico-representativo:

"Nós repudiamos completamente a responsabilidade pessoal de obedecermos às regras gerais. Nós contestamos o direito de julgar todos os casos individuais em seus méritos, e a sabedoria, experiência e autocontrole para assim o fazê-lo com sucesso. Isso era uma parte muito importante de nossa fé, violenta e agressivamente mantida, e para o mundo exterior era nossa característica mais óbvia e perigosa. Nós repudiamos completamente a moral costumeira, convenções e sabedorias tradicionais. Nós éramos, por assim dizer, no estrito senso do termo, imoralistas. As conseqüências de ser descoberto tinham, é claro, de ser consideradas por aquilo que elas valiam. Mas nós não reconhecemos nenhuma obrigação moral de

nossa parte, nenhuma sanção interior, para conformarmos ou obedecermos.” (KEYNES, 1938, p. 446)

O avanço da trajetória intelectual de Keynes em relação ao trabalho de G. E. Moore, portanto, não recai na reconsideração de determinantes das frequências probabilísticas nas experiências futuras, mas sim na concepção de poder julgar absolutamente *todos* os comportamentos humanos que diziam respeito a uma suposta conduta correta. A noção de convenção surge, como se conhece nos trabalhos econômicos de Keynes, nesta nova abordagem de conceber regras gerais:

“Resumidamente, nós repudiamos todas as versões da doutrina do pecado original, de haver fontes insanas e irracionais de maldade na maioria dos homens. Não éramos conscientes que a civilização era uma crosta fina e precária erguida pela personalidade e pela vontade de muito poucos, e apenas mantida pelas regras e convenções habilmente expostas e maliciosamente preservadas. Nós não tínhamos respeito pela sabedoria tradicional ou às restrições de costume. Faltou-nos reverência, como observou Lawrence e como Ludwig [Wittgenstein] com justiça também costumava dizer — por tudo e por todos.” (KEYNES, 1938, p. 447)

Consta, como continuidade da herança de Moore à Keynes, a ideia de convenção enquanto um modo de atribuição de conhecimento não-indutivo, mas através do reconhecimento de seu conteúdo normativo por excelência. Ainda sujeita ao crivo do julgamento individual, a convenção deve ser reconhecida em sua força socialmente constituída.

### ***Bertrand Russell***

Bertrand Russell (1872-1970) foi um matemático e filósofo analítico central para a tradição do pensamento no campo da lógica formal em Cambridge no início do século XX. Sua maior contribuição enquanto acadêmico foi o desenvolvimento matemático dos axiomas e fundamentos inferenciais da lógica simbólica em *Principia Mathematica*.

O trabalho de Russell, para além de ser extremamente influente ao pensamento de Wittgenstein, foi uma espécie de prelúdio ao *Tratado Sobre a Probabilidade* por Keynes. Era, segundo o economista que estava por surgir, uma importante contribuição ao campo dos fundamentos da probabilidade através do campo da lógica formal da matemática. Porém, passado as considerações de reconhecimento da importância de *Principia* para o campo da teoria do conhecimento que Keynes desenvolveu na época, Bertrand Russell debruçava-se sobre a categoria de *certeza*, Keynes, para sua teoria acerca da escolha correta diante da incerteza probabilística, estava preocupado em demonstrar que a inferência entre duas proposições prováveis envolvia menos que *certeza*. É nesse sentido que a mudança das categorias lógicas de verdade ou falsidade para categorias de *conhecimento* na determinação da escolha em dada probabilidade, como previamente elaborado, ocorrem no trabalho de Keynes e se desdobram enquanto ponto central, por exemplo, do comportamento diante expectativas de investimento no longo prazo n' *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*.

A dimensão epistemológica do trabalho de Russell em *Principia Mathematica* também foi essencial para a ideia de conhecimento direto (intuição) e indireto (estruturação lógica representada em argumentos) que Keynes apresenta em seu tratado. Na concepção de Russell sobre esta questão, conhecemos através da familiaridade qualquer situação, objeto ou conceito pelos quais interagimos conscientemente, sem se fazer necessário o uso de um apoio representativo/inferencial formal para tanto (DAVIS, 2019b). Podemos constatar a simpatia por esse conceito em Keynes através da seguinte passagem:

“[O conhecimento por familiaridade se dá em] Nossas sensações que podemos dizer que experimentamos, as ideias ou significados sobre os quais temos pensamentos e que podemos dizer que entendemos, e os fatos ou características das relações de dados dos sentidos ou significados que podemos dizer que percebemos.” (Keynes, 1938, p. 12 apud DAVIS, 2019b, p. 2)

De certa forma, essa ideia de uma indução intuitiva sobre uma proposição através do conhecimento direto de outra proposição distinta recai sobre a régua do axioma de Moore que Keynes não abre mão no *Tratado*: A ideia de alguns objetos possuírem uma propriedade intrínseca e irreduzível de *ser bom*.

Pode-se afirmar, assim, no que diz respeito à sua fundamentação filosófica inicial, que Bertrand Russell é uma peça essencial para compreender a trajetória intelectual de Keynes em Cambridge. Podemos mapear as categorias de intuição, juízo e familiaridade do conhecimento contida no *Tratado Sobre a Probabilidade* nos escritos sobre matemática e lógica formal de *Principia Mathematica*. É possível também traçar um primeiro paralelo significativo entre o amadurecimento intelectual de John M. Keynes e Ludwig Wittgenstein partindo da importância de Russell enquanto influência central de seus trabalhos iniciais: Ambos tomam como base a filosofia analítica de *Principia* para elaboração de categorias fundamentais, respectivamente, no *Tratado* e *Tractatus*. Talvez uma coincidência mais significativa ainda seja a superação dessas teorias através da autoavaliação com o tempo, esclarecidamente reconhecidas em, no caso de Keynes, *My Early Beliefs* e, no caso de Wittgenstein, *Investigações Filosóficas*. Para além das coincidências cronológicas, tal paralelo se sustenta também metodologicamente: O alicerce de uma concepção socialmente construída das categorias trabalhadas por cada autor - convenções no caso de Keynes n'A *Teoria Geral*; jogos-de-linguagem no caso de Wittgenstein nas *Investigações*:

“Na frente econômica, Keynes deu atenção considerável ao papel da convenção em seu décimo segundo capítulo d'A *Teoria Geral* sobre o estado das expectativas de longo prazo. (KEYNES, 1936). Convenções em sua visão são conjuntos interdependentes de crenças, como na caracterização do concurso de beleza de jornal de Keynes sobre como os preços são determinados nos mercados financeiros. A visão que ele criticava era a de que os investidores baseiam suas decisões em sua percepção não mediada dos fundamentos de investimento subjacentes. A ideia de Keynes de que as decisões dos investidores podem ser convencionais minou essa visão e também é inconsistente com a ideia de algum tipo de conhecimento direto dos fundamentos subjacentes.” (DAVIS, 2019b, p. 3)

### **Frank Ramsey**

Frank Plumpton Ramsey (1903-1930) foi um matemático de Cambridge e importante intelectual com contribuições significativas no campo da economia e da filosofia. Assim como Keynes, Ramsey era membro do grupo de estudos e discussões *Apostles*, encabeçado por George Edward Moore. Sua relação com Wittgenstein se

iniciou ao traduzir sua primeira grande obra, o *Tractatus Logico-Philosophicus* poucos anos após sua publicação em 1921 (DAVIS, 2019d).

Ramsey foi um ferrenho crítico do *Tratado Sobre a Probabilidade* de Keynes, mais especificamente à abordagem epistemológica do conhecimento diante da probabilidade. Para Frank Ramsey, uma probabilidade proposta como a de Keynes inicialmente - a noção de que são relações entre objetos, julgados pela experiência prévia com objetivo de atingir um maior grau de utilidade - pecava em indistinguir percepção e existência, tendendo à uma concepção de comportamento de escolha econômica.

Se, portanto, para Ramsey, as relações de probabilidade apresentadas por Keynes são questionáveis em sua representação enquanto percepção e não existência, então elas devem apresentar, de forma pragmática, as chances pela qual o sujeito em questão pode escolher apostar na ocorrência de uma ou outra ocorrência (DAVIS, 2019d). Em suma, a probabilidade deve, na concepção de Ramsey, ser representada simplesmente em termos do comportamento humano; guardando à parte da lógica formal o que lhe cabe nesta análise, assim como à lógica humana. Ao que Keynes reage:

“Assim, ele [Ramsey] foi levado a considerar a ‘lógica humana’ como distinta da ‘lógica formal’. A lógica formal não se preocupa com nada além das regras do pensamento consistente. Mas, além disso, temos certos “hábitos mentais úteis” para lidar com o material que nos é fornecido por nossas percepções e por nossa memória e talvez de outras maneiras, e assim chegar à verdade ou próximo dela; e a análise de tais hábitos também é uma espécie de lógica. A aplicação dessas ideias à lógica da probabilidade é muito frutífera. Ramsey argumenta, contra a visão que apresentei, que a probabilidade não se preocupa com relações objetivas entre proposições, mas (em algum sentido) com graus de confiabilidade, e ele consegue mostrar que o cálculo de probabilidades simplesmente equivale a um conjunto de regras para assegurar que o sistema de graus de confiabilidade que mantemos seja um sistema consistente. Assim, o cálculo de probabilidades pertence à lógica formal. Mas a base de nossos graus de confiabilidade – ou as probabilidades a priori, como costumavam ser chamadas – é parte de nossa roupagem humana, talvez nos dada meramente pela seleção natural, análoga às nossas percepções e nossas memórias e não à lógica formal. Até agora me rendo a Ramsey – acho que ele está certo. Mas ao tentar distinguir os graus de confiabilidade “racionais” da confiabilidade em geral, ele ainda não foi, creio eu, muito bem-sucedido. Não é chegar ao fundo do princípio da indução meramente dizer que é um hábito mental útil. No entanto, ao tentar distinguir uma lógica “humana” de uma lógica formal, por um lado, e da psicologia descritiva, por outro, Ramsey pode estar

apontando o caminho para o próximo campo de estudo quando a lógica formal foi colocada em boa ordem e seu escopo altamente limitado devidamente definido.” (Keynes, 1963, p. 243–244)

Esse excerto indica a importância da crítica de Ramsey à noção inicial de probabilidade de Keynes, especialmente no sentido de uma relação *existente* e não *percebida*. A ideia de que a lógica formal e a filosofia analítica são a base fundamental de ordenamento da problemática para uma elaboração inicial de representações de “hábitos mentais úteis” quando se trata de probabilidade. Este movimento de em uma primeira impressão recuo na concepção metodológica (em uma primeira impressão, é claro) da problemática em *Um Tratado Sobre a Probabilidade* foi fundamental para a caminhada em direção ao “próximo campo de estudos” em probabilidade que Keynes mostra na economia.

### **5) Keynes e suas Crenças Iniciais: Da filosofia à economia**

Para além do esforço da economia política do século XX em compreender o desenvolvimento do sistema de produção capitalista até aquele momento, esse campo de estudo também representava as contradições metodológicas que sempre estiveram presentes no campo das humanidades e ciências sociais. Isso fica claro diante da influência do convívio de John Keynes no Circuito de Bloomsbury em 1904, dois anos depois de sua entrada na Universidade de Cambridge. Este circuito consistia em um grupo de prolíficos pensadores do movimento estético e literário modernista - dentre eles Virginia Woolf e Edward Morgan Forster.

Essa passagem na trajetória de Keynes foi essencial para a formação de seu conceito de “unidade orgânica”, isto é, a noção de que os objetos e categorias que compõem a realidade não seriam como são se fossem removidos de suas relações entre si (DOW, 2018). A abordagem anti-formalista (no termo de modelagem matemática da lógica formal) que viria a compor a teoria econômica keynesiana, assim como a interdisciplinaridade metodológica herdada do Circuito de Bloomsbury, ficam claras no ensaio de Keynes sobre Alfred Marshall:

“O mestre-economista deve possuir uma rara combinação de dons. Ele deve atingir um alto padrão em várias direções diferentes e deve

combinar talentos não encontrados frequentemente juntos. Ele deve ser matemático, historiador, estadista, filósofo – em algum grau. Ele deve entender símbolos e falar em palavras. Ele deve contemplar o particular em termos do geral, e tocar o abstrato e o concreto no mesmo fio de pensamento. Ele deve estudar o presente à luz do passado para os propósitos do futuro. Nenhuma parte da natureza do homem ou de suas instituições deve estar inteiramente fora de sua consideração. Ele deve ser determinado e desinteressado no humor simultâneo; tão distante e incorruptível quanto um artista, mas às vezes tão próximo da terra quanto um político.” (KEYNES, 1925, p. 173–174 apud DOW, 2018, p. 4)

Fica suposto que a trajetória do filósofo Keynes para o economista político Keynes encontrou muito suporte em sua passagem pelo grupo de Bloomsbury - época pela qual ele pondera criticamente com seu amadurecimento -, um espaço em que ele foi aceito com suas preocupações de cunho epistemológico e pôde utilizar de uma ampla gama de metodologias críticas em uma relação dialética. Seria imprudente considerar apenas um ou outro cenário.

Ao fim dos anos 30, Keynes publica um famoso ensaio chamado “My Early Beliefs”, onde ele faz um balanço acerca de suas análises e de seus colegas acerca da natureza humana e conclui que são, tendo amadurecido nas ideias, insatisfatórias. Segundo o filósofo e economista, tratava de uma visão estreita do conceito de racionalidade, levando o argumento central das teses a erros básicos (KEYNES, 1938). A concepção de um sistema econômico e, conseqüentemente, de uma teoria que representasse esse sistema, teria que considerar a incerteza e instabilidade - pressupostos incompatíveis com uma concepção puramente racionalista do comportamento dos agentes econômicos -, afastando-se da teoria econômica clássica:

“Não estou preocupado, no entanto, com o fato de que esse aspecto do nosso código foi chocante. Não teria sido menos, mesmo que estivéssemos perfeitamente certos. O que importa muito mais é o fato de que se baseou, como agora penso, de maneira frágil, em uma visão *a priori* de como é a natureza humana, tanto a dos outros quanto a nossa, que foi desastrosamente equivocada.” (KEYNES, 1938, p. 446)

O ensaio de Keynes começa com apontamentos críticos à grande influência de G. E. Moore em *Principia Ethica* (1903) em parcela significativa da comunidade de graduação da Universidade de Cambridge. Segundo o autor, os jovens graduandos sob a tradição do “racionalismo e cinismo de Cambridge” mergulham de cabeça em questões inebriantes de maneira apenas como a futura elite intelectual privilegiada o era possível - através de um comprometimento estarrecedor com a racionalidade ocidental e uma “investigação autoconsciente” do que há por trás da articulação das próprias questões que surgiam. Todo esse esforço se justificava, na sua finalidade, em afirmar um individualismo racionalista ante ao costume convencional do senso comum. Significa dizer que um método rigoroso e de um individualismo atomístico/racional é capaz de contornar qualquer controvérsia através de sua natureza metodológica. Porém, ao que Keynes chama suas *Crenças Iniciais*, como exposto anteriormente, uma forma “imoralista” (KEYNES, 1938) de se compreender o mundo - isto é, que desconsidera as implicações éticas do comportamento humano socialmente construídas ao longo da história -, o economista sugere que este agente racional idealizado da tradição de Cambridge do início do século XX é capaz de concluir a mesma coisa por meio de uma racionalidade instrumental; i.e de maneira mais pragmática, “através de um debate desinibido” (KIRSHNER, 2015, 399).

O ensaio é permeado por um pessimismo sistêmico dos tempos em que foi concebido. A iminência de uma nova Grande Guerra interimperialista na Europa traz, sem dúvida alguma, um ar introspectivo e frio ao documento (KIRSHNER, 2015).

Nas considerações críticas às suas *Crenças Iniciais*, Keynes atravessa em pontos importantes de sua filosofia em retrospectiva: O que querem as pessoas; como as pessoas buscam o que querem; suposições sociais abrangentes. De início, essas crenças iniciais representavam uma revolução em seu surgimento. Elas representavam um *anti-materialismo cru* - uma abordagem metafísica - e um afastamento - cínico, por assim dizer; de natureza individualista - às normas e aos conformes socialmente estabelecidos. Ao cerne de sua crítica, ao que chamara de *economicismo*, o que ele por muito culpava por promover “a decadência moral” (KEYNES, 1938) da civilização moderna, se sustentava a rejeição de uma concepção do comportamento humano, da satisfação e ambição que move as pessoas, como uma busca incessante de “mais e mais coisas”. Em outras palavras,

a concepção exclusivamente racionalista do comportamento assume - e, dialeticamente, transforma - o sujeito em uma calculadora utilitarista: Toda conduta da vida se torna em uma paródia do que poderia ser “um pesadelo de um contador” (KEYNES, 1938), onde todo comportamento humano é reduzido em suas contrapartidas financeiras. Para além de pitoresco, isso, acima de tudo, “é ciência social ruim” (KIRSHNER, 2015, 403). Mesmo não tendo rejeitado por completo a lógica intrínseca da metodologia microeconômica marshalliana; sabendo que de fato os agentes em uma economia são influenciados por estímulos e categorias de natureza econômica, a motivação vai muito além de uma perseguição cega por, pura e simplesmente, *coisas*.

Filosoficamente, o alinhamento de John Keynes seguia pela busca da apreciação intelectual e estética enquanto “sentido da vida” (MUCHLINSKI, 1998) por assim dizer. Com isso, compreende-se através de seu ensaio o sentido que toma seu trabalho econômico: Apesar da busca por essas *coisas* - o anseio materialista de conforto através da riqueza - não ser o sentido último de uma boa vida, é inegável que a satisfação material importante para que se possa viver aplicado ao que realmente importa. A preocupação com economia em Keynes surge, portanto, como uma busca por compreender e solucionar as contradições materiais do capitalismo (através do próprio sistema capitalista) para que o indivíduo possa desfrutar da autonomia e liberdade de perseguir suas “paixões idiossincráticas” (KIRSHNER, 2015). Pode-se compreender esse salto das preocupações de Keynes entre o ensaio “*Minhas Crenças Iniciais*” e a sua “*Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*” através da ajuda de seu texto *Possibilidades Econômicas para os Nossos Netos* (1930). Essencialmente, os questionamentos acerca da metafísica atomística de um *economicismo* saltam da filosofia para o campo da ciência econômica em Keynes quando ele passa a elaborar e representar essas suposições acerca do comportamento humano em modelos mais apropriados (KIRSHNER, 2015). Para ele, o problema tinha início em assumir a natureza do comportamento humano sempre *a priori* - os pressupostos da economia ortodoxa de racionalidade dos agentes em uma economia. O comportamento diante de uma certa situação de natureza econômica não é de significância atribuída exatamente idêntica à todos os indivíduos que compõem esse sistema. A falácia da composição, nesse aspecto, expõe bem o caso: A soma das

partes é menor que o todo justamente por não considerar a concepção da tomada de decisão enquanto velada pela incerteza e instabilidade, uma vez que a natureza do comportamento não é preexistente à vida em sociedade e, conseqüentemente, é moldada historicamente pelas convenções sociais e o senso comum.

“Central para isso foi, notoriamente, uma ênfase em um mundo caracterizado pela incerteza (em oposição ao risco) e, a partir daí, uma conceituação da economia que teve que levar em conta, entre outras coisas, valores, propósito moral, efeitos sistêmicos e a instabilidade das relações comportamentais ao longo do tempo.” (KIRSHNER, 2015, 404)

A ênfase em afastar a ciência econômica das ciências naturais e trazê-la para perto, em suas palavras, de uma “ciência moral” (KEYNES, 1938) - aqui compreendida como responsável por dimensões éticas e políticas; de uma compreensão anti-epistemológica para fatalmente epistemológica - é muito presente no ensaio:

“Mencionei antes que trata de introspecção e valores. Eu poderia ter acrescentado que trata de motivos, expectativas, incertezas psicológicas. É preciso estar constantemente em guarda ao invés de tratar o material como constante e homogêneo.” (KIRSHNER, 2015, 404)

Tão importante quanto o conteúdo da teoria econômica Keynesiana, portanto, é seu caminho epistemológico traçado nas discussões feitas por Keynes que precederam a *Teoria Geral*. A transformação das categorias de, por exemplo, rigor e informação perfeita em incerteza e expectativa é, antes de uma construção lógica de um modelo representativo do sistema econômico capitalista, fruto de um ponto de partida epistemologicamente distinto do *mainstream* econômico (MUCHLINSKI, 1998). Portanto devemos considerar Keynes, em sua trajetória, antes de um importante economista, um filósofo. A concepção de sua *Teoria Geral* ocorre justamente como uma continuidade de suas questões no campo da teoria do conhecimento.

A mudança metodológica entre *Um Tratado Sobre a Probabilidade* a filosofia ortodoxa da Universidade de Cambridge - Moore e Russel - representa o abandono

da representação do comportamento humano através de categorias lógicas de verdade e pontos de vista baseados no empirismo - grandes influenciadores da filosofia de Keynes no início de sua trajetória intelectual. Neste amadurecimento, a experiência prática em Keynes é representada como algo capaz de ensinar ao sujeito o que aconteceu, porém não pode ensiná-lo o que *vai* acontecer. Portanto, o conceito de incerteza não é um balanço entre o que se sabe pelo conhecimento e aquilo que existe a probabilidade de se saber: “nós simplesmente não sabemos” (KEYNES, 1972a, p.133-134, apud MUCHLINSKI, 1998, p 229-230).

Assim, torna-se necessário investigar os conceitos de representação do comportamento no mundo empírico. A economia, nesse pensamento, é a ciência que representa o comportamento humano através de modelos e o próprio meio pelo qual se escolhe o melhor modelo (MUCHLINSKI, 1998). Modelagem econômica não é, portanto, o ponto de chegada da ciência econômica. Ela é a representação da realidade pela qual se sustenta a análise propriamente dita: “O modelo deve ser definido em relação ao mundo como está, o que não significa para dita realidade, mas para a experiência do mundo ou fenômenos deste” (MUCHLINSKI, 1998). Segundo Keynes na *Teoria Geral*, a formalização metodológica, para uma grande quantidade de modelos econômicos, é uma mistura de simbolismos “pseudo-matemáticos” que são facilmente refutados se seus axiomas forem descartados - como, por exemplo, a independência estrita entre fatores de produção, bens e serviços; ou a suposição de plena informação para todos os agentes no sistema (KEYNES, 1936).

Assim, segundo Elke Muchlinski (1998), apoiando-se em uma interpretação kantiana, é como se, para Keynes, a intuição dá conteúdo a um conceito; e intuição sem um conceito é a cegueira. Keynes, portanto, na *Teoria Geral* não promove uma indistinção entre rigor matemático e a verdade ou a ciência. A construção epistemológica desse argumento surge em uma disputa com a filosofia de Moore, onde Keynes defendia que era impossível assumir a superioridade analítica da representação matemática proposicional do comportamento humano sobre a intuição e julgamento individual do sujeito (MUCHLINSKI, 1998).

O *Tratado da Probabilidade* foi um primeiro passo para a elaboração de sua teoria econômica por se tratar de uma passagem para uma abordagem

epistemológica da filosofia da probabilidade de Moore e Russel. Assim, o campo probabilístico caminha da ontologia - uma concepção da probabilidade enquanto uma relação entre objetos e suas ponderações lógicas - para o campo da concepção cognitiva. Através desse refinamento de abordagem que a teoria acerca da probabilidade se torna uma *teoria do conhecimento*: Ainda no campo lógico da filosofia, ocorre um abandono das relações entre verdades e falsidades na determinação probabilística e, no seu lugar, se assume categorias de conhecimento, racionalidade, incerteza e ignorância (MUCHLINSKI, 1998). As constatações lógicas de Keynes acerca do comportamento humano diante do provável se dão através da construção subjetiva, não da falsa objetividade racional do balanço entre duas proposições.

Assim, a rejeição da existência de uma “*racionalidade*” enquanto objeto torna a missão de interpretar a probabilidade uma tarefa intrinsecamente individual e representativa dela própria. Assimilar uma relação probabilística não é, portanto, apenas uma relação entre duas proposições seguidas de uma dedução; antes disso, estabelecer uma relação entre proposições que apresentam uma probabilidade já depende, antes de mais nada, do julgamento pessoal (e individual) do sujeito e sua intuição para, aí sim, entrar na seara da compreensão racional da probabilidade (KEYNES, 1921). A categoria de dedução meramente do campo ontológico é insatisfatória para uma teoria do conhecimento elaborada por Keynes:

“O que sabemos e qual conceito de probabilidade podemos atribuir às nossas crenças racionais é, portanto, subjetivo no sentido de ser relativo ao indivíduo. Mas dado o corpo de premissas que nossos poderes e circunstâncias subjetivas nos fornecem, e dados os tipos de relações lógicas, sobre as quais os argumentos podem ser baseados e que temos a capacidade de perceber, as conclusões, que é racional para nós tirarmos, sustentam essas premissas em uma relação objetiva e totalmente lógica.” (KEYNES, 1972b, p. 19 apud MUCHLINSKI, 1998)

Essa dita teoria do conhecimento é o que embasa de uma ponta a outra a teoria econômica keynesiana que estava por vir após o *Tratado Sobre a Probabilidade*. Tomando como pressuposto a intuição enquanto um mecanismo de contorno da experiência incompleta do sujeito, não se pode assumir o comportamento frente uma dada probabilidade entre duas proposições empiricamente; se faz necessário o uso da intuição para, diante as evidências que

sustentam a probabilidade de um evento ou inúmeros outros distintos, julgar se elas de fato se tratam de probabilidades distintas entre si. Fatalmente, segundo as conclusões de Keynes, a abordagem racional do comportamento humano depende de uma dimensão epistemológica em sua fundamentação. (KEYNES, 1921)

Mais adiante, Keynes distingue o conhecimento entre direto e indireto. O direto é aquele que se adquire na interação do sujeito com o objeto. O indireto é aquele formalizado em uma estrutura lógica - o “conhecimento por argumento” (MUCHLINSKI, 1998). Essa distinção importa para o desenvolvimento teórico da economia keynesiana verificada na *Teoria Geral*; a ideia de que a intuição (conhecimento direto) deve ser o primeiro passo para a aquisição do conhecimento e deve ser estruturada logicamente em um argumento (conhecimento indireto). O ponto é que essa estruturação lógica em um argumento que faz a mediação da intuição, ao que se constata se observarmos o que Keynes escreve em *My Early Beliefs*, não só se faz necessária para o juízo individual de todo sujeito mas como também reflete os juízos individuais - idênticos ou minimamente similares - de outros sujeitos diante circunstâncias probabilísticas parecidas (KEYNES, 1921). Esse argumento enfatiza a necessidade de um *juízo convencional* no campo da incerteza; i.e. onde a dependência de uma representação matemática da probabilidade está fora de escopo (MUCHLINSKI, 1998).

Assim, para Keynes, ao que se constata, a *experiência* é intrinsecamente necessária para o processo de adquirir conhecimento. O esforço hercúleo de formalização lógica e racional dentro teoria econômica - contornar qualquer tipo imprecisão através de modelos matemáticos e seus axiomas; não se permitir assumir a incerteza enquanto peça fundamental tanto da tomada de decisão econômica, quanto de seus resultados - faz com que a formulação de teoria econômica seja:

“[...] tão constantemente desviado em uma tentativa de esclarecer alguma outra parte do assunto, que ele mesmo talvez nunca chegue ao assunto em questão e o leitor certamente não o fará.” (KEYNES, 1932, p. 36 apud MUCHLINSKI, 1998, p. 243)

A modelagem econômica ortodoxa não abarca apropriadamente as categorias de *expectativa* e *frustração* (MUCHLINSKI, 1998). Isso significa que a

teoria do conhecimento que subjaz os postulados da economia clássica é puramente ontológica - matematicamente rigorosas e universalmente aplicáveis -, muito semelhante às teorias da probabilidade de Moore e Russel que Keynes criticou em *Um Tratado Sobre a Probabilidade*:

“A teoria clássica procura reduzir a incerteza ao mesmo status epistemológico da certeza usando o cálculo matemático. Utilizando as categorias incerteza e ignorância, Keynes desenvolveu sua teoria contra a teoria clássica. A economia não é um sistema criado por causalidade e reversibilidade, mas um sistema de interações entre diferentes pessoas envolvidas na busca de seus objetivos econômicos.” (MUCHLINSKI, 1998, 244)

Isso explicita a investigação sobre a função do dinheiro n’A *Teoria Geral* de Keynes (1936). Nos modelos econômicos clássicos, dependentes de suposições *a priori*, assumem como única função do dinheiro o meio de troca. No entanto, o que se pode constatar na observação da experiência da atividade econômica, a função do dinheiro, para além do meio de trocas no sistema, é também a unidade de conta e, mais importante ainda, reserva de valor. Se a moeda não fosse essa representante das duas últimas categorias, estaríamos tratando da representação teórica de uma economia de trocas simples. Assumir as demais funções da moeda nos permite investigar muito mais profundamente o mercado do próprio dinheiro: A oferta e demanda por crédito. Nesse sentido, a política monetária é capaz de interferir ativamente nos sistema econômico ao atuar diretamente na oferta de liquidez no sistema econômico e, essencialmente, através da taxa de juros, conduzir as *expectativas* dos agentes em uma economia complexa (KEYNES, 1936). E aqui compreende-se como *expectativa* o juízo individual dos sujeitos sobre circunstâncias probabilísticas contornadas pela intuição - intuição essa que, por sua vez, é determinada por, conforme previamente estabelecido, um juízo convencional.

Para Keynes, portanto, ao que se constata pelo caminho lógico que ele percorre da filosofia à ciência econômica, o campo lógico formalizado não passa de: “Ossos secos, até que finalmente parecia excluir não apenas toda a experiência, mas a maioria dos princípios, geralmente considerados lógicos, do pensamento razoável.” (KEYNES, 1938, p. 338, apud MUCHLINSKI, 1998, p. 245). A contribuição do campo lógico da filosofia preocupado em uma teoria do conhecimento deve, em

última instância, abandonar as derivações de regras formais de representação do comportamento e aderir a experiência humana como substancialidade do conhecimento intuitivo. Enquanto a primeira abordagem trata apenas de deduções com o fim nelas mesmas, a segunda trata satisfatoriamente do *juízo* flagrante das decisões probabilísticas:

“Keynes delineou uma abordagem epistemológica para a teoria da probabilidade. Ele concebeu a probabilidade em um sentido mais amplo, não apenas como uma classe capaz de medição numérica. Ele fez uma virada para as categorias de conhecimento, ignorância, confiabilidade racional e precariedade. Seu método fornece um pano de fundo para sua concepção de convenção que ainda engloba a fragilidade e a precariedade do conhecimento. Keynes rejeitou a lógica formal como inadequada para seus propósitos de delinear o processo de aquisição de conhecimento. **Para defender sua visão de incerteza inerente a todas as questões econômicas, ele se baseou em concepções de grau de credibilidade, grau de confiança e julgamento convencional.**” (MUCHLINSKI, 1998, próprio, 248)

## 6) Keynes e Wittgenstein: Tangências Metodológicas

Nas palavras de Davis (1997, p. 206), o comportamento convencional - sendo um conceito central para o entendimento da metodologia econômica da Teoria Geral - trata de representar um tipo interativo de atividade por natureza. Portanto, como vimos anteriormente, fez-se necessário investigar o que Keynes compreendia por comportamento de uma forma ampla, traçando sua trajetória pelo grupo Apostles e de sua relação com seus membros.

Em *Um Tratado Sobre Probabilidade*, Keynes afirmava que em um processo de definição analítica que vai de termos complexos para simples se desdobra em uma variedade de outros processos analíticos simples que apenas se sustentam em intuição. Assim, os agentes poderiam tomar as decisões mediante sua capacidade de intuir em termos éticos - i.e. perseguir algo que é intrinsecamente *bom* - aquilo que subjaz à realidade. Essencialmente, assume-se que os agentes tomam inferências probabilísticas como validações objetivas; tomando uma proposição de premissa e uma de conclusão, a relação de probabilidade entre as duas deve ser a mesma (RAMSEY, 1926). Em suma, para Keynes, a intuição de um indivíduo era

uma forma dele inferir tanto o que era moralmente correto e estatisticamente provável (DAVIS, 1996).

O que se conclui com as observações das crenças iniciais de Keynes é, portanto, a fundamentação do comportamento baseado em atos de julgamento respaldados em intuição acerca de uma situação.

As concepções metafísicas da tomada de decisão na visão antiga de Keynes foram, por um lado, criticadas mais amplamente enquanto objetivismo ético, pelo fato de que a bondade (ou a boa decisão) não é um conceito objetivo na observação proposicional do mundo, sendo apenas um rótulo de aprovação (DAVIS, 1996). Keynes, assim como Wittgenstein, teve sua obra inicial criticada por Frank Ramsey por seus pressupostos solipsistas de inferências proposicionais:

“Mas permita-me voltar à crítica mais fundamental das visões do Sr. Keynes, a qual a mais óbvia é que na realidade não há algo como as relações de probabilidade que ele descreve. Ele supõe que, a qualquer taxa em certos casos, elas conseguem ser identificadas; mas, falando por mim mesmo, tenho confiança que isso não é verdade. Eu não as percebo, e se eu for persuadido que elas existem, preciso ser através de argumentos; além do mais, eu astutamente suspeito que os outros também não as percebem, pois eles são capazes de chegar a tão pouco acordo sobre qual deles se relaciona com quaisquer duas proposições dadas.” (RAMSEY, 1926, pp. 10)

Assim, com base nas críticas de Ramsey a Keynes, é possível articular com os apontamentos de Davis (1997, p. 207) acerca da necessidade de explicar a tomada de decisão dos agentes em uma economia através de uma perspectiva histórica, e não “por meio da compreensão intuitiva não mediada e desprovida de qualidades temporais”. O ato de julgamento trata, assim, de uma racionalização de circunstâncias reais que surgem através de padrões observados ao longo do tempo até o momento presente - um ato de localizar historicamente os sujeitos tomadores de decisão através de suas tendências e propensões. Portanto, para além da observação do julgamento individual dos agentes, Davis (1997, p. 210) expõe que Keynes é assertivo em relação ao conceito de convenção que ele articula em sua teoria econômica amadurecida. Segundo Keynes, trata-se de uma estrutura interdependente desses julgamentos individuais que tanto contribuem para criar o

juízo de outros indivíduos quanto são resultados da interação de indivíduos com outros julgamentos - uma relação, pela falta de melhor termo, dialética.

Observa-se, assim, que a introspecção e o juízo de valor frente ao desconhecido futuro proposto por uma relação probabilística é, na verdade, o método pelo qual os indivíduos utilizam para racionalizar suas escolhas. O que se mostra transcendente na filosofia inicial para a tardia de Keynes é a noção de avaliação probabilística como inferência na tomada de decisão de um dado sujeito. No entanto, quando a problemática caminha em direção, como havia feito um balanço acerca das críticas de Ramsey ao seu trabalho inicial, “ao próximo campo de estudo” - a ciência econômica na *Teoria Geral* -, Keynes compreende essas avaliações individuais como postulados interdependentes do *coletivo*. Isso significa que as decisões são tomadas com substancial peso das expectativas individuais acerca das expectativas *alheias* sobre um futuro incerto (DAVIS, 1995, p. 106-107):

“Na *Teoria Geral*, portanto, e na filosofia tardia de Keynes como um todo, incerteza é fatalmente uma relação social. Indivíduos são incertos sobre cada um tanto quanto o são para eventos futuros, portanto compreender incerteza requer, em última instância, compreender a estabilidade e instabilidade de diferentes estruturas de crenças expectacionais interdependentes e o sistema de relações sociais que as permeiam.” (DAVIS, 1995, p. 108)

E, mais adiante:

“Regras e convenções emergem através da história de juízos passados, os quais se fundamentam em sistemas de crenças interdependentes passados. [...] De forma mais simples, as regras e convenções de uma sociedade foram, na verdade, estruturas semi permanentes de sistemas de expectativas de crenças interdependentes.” (DAVIS, 1995, p. 114)

Wittgenstein e Keynes, portanto, em suas teorias amadurecidas, parecem caminhar em uma direção de abandono dos pressupostos metafísicos em seus trabalhos, adotando uma abordagem metodológica de contextualização e abraçando conceitos filosóficos apenas na medida dos propósitos em questão por meio de seus convívios com os mesmos professores na Universidade de Cambridge.

Para explicar as determinantes do investimento e, conseqüentemente, da geração de renda em um sistema econômico capitalista, Keynes traça, dos capítulos 11 ao 13 d'A *Teoria Geral*, 1) a importância da eficiência marginal do capital

enquanto um conceito socialmente construído - que, segundo Keynes, “[...] governa as condições em que se procuram fundos disponíveis para novos investimentos” (KEYNES, 1936); 2) o papel da eficiência marginal do capital para a determinação das expectativas de longo prazo que, por sua vez, embasam a decisão dos agentes econômicos em investir; 3) por fim, o papel da taxa de juros enquanto um fenômeno fundamental para a decisão do investimento, porém conceitualmente diferente, uma vez que determina a preferência pela liquidez dos agentes em questão - nas palavras do autor “[...] a taxa de juros governa os termos em que esses fundos [de novos investimentos] são corretamente oferecidos” (KEYNES, 1936, 173).

Em busca de elucidar o conceito de Eficiência Marginal do Capital - a taxa de desconto dos fluxos futuros de dado capital trazida a valores presentes que se iguala ao seu valor de oferta (KEYNES, 1936) -, Keynes reconhece a dimensão convencional da percepção da realidade econômica. O autor compreende que tais conceitos de formulação de teoria econômica não são isentos de transformação ao longo do tempo e intencionalidade:

“Como se relaciona a definição [...] da eficiência marginal do capital com a linguagem corrente? A *Produtividade*, a *Renda*, a *Eficiência* ou *Utilidade Marginais* do capital são termos familiares que temos empregado com frequência. Não é fácil, porém, encontrar na literatura econômica uma exposição clara do sentido que os economistas lhes têm, geralmente, querido atribuir.” (KEYNES, 1936, 151)

Essa taxa de valores futuros de um fluxo de renda trazida ao presente, através de um exercício de representação e atribuição de significado ao *ato de investir* segundo Keynes, é uma forma de demonstrar como “a expectativa do futuro influi sobre o presente” (KEYNES, 1936). Neste sentido, o investimento na economia capitalista, guiado pelo diferencial entre a Eficiência Marginal do Capital e a taxa de juros, torna-se fundamentalmente perpassado pela observação de fatos que são maiores merecedores de nossa atenção e confiança, “mesmo se sua relevância for menos decisiva para os resultados esperados do que outros fatos a respeito dos quais nosso conhecimento é vago e limitado” (KEYNES, 1936). Neste sentido, o fluxo de renda futura de um capital trazida a valores presentes é, sem dúvida, um objeto muito caro ao estudo da determinação do investimento na ciência econômica,

mas impossível de se descolar do “estado de confiança [dos agentes econômicos] [...] [fundamentado,] principalmente, na observação prática dos mercados e da psicologia dos negócios” (KEYNES, 1936, 160).

A decisão de investir com base nas expectativas de longo prazo em uma economia qualquer, ao que recorre Keynes, está relacionada à uma interação prática com a realidade econômica; um método de assumir a existência de *convenções* (KEYNES, 1936) que guiam o comportamento individual de um coletivo amplo. O método contido n’A *Teoria Geral* consiste em “supor que a situação existente dos negócios continuará por tempo indefinido, a não ser que tenhamos razões concretas para esperar uma mudança” (KEYNES, 1936, 163). A consideração em torno deste conceito é tanta que o autor elabora adiante:

“Dessa maneira, o investidor profissional sente-se forçado a estar alerta para antecipar essas variações iminentes nas notícias ou na atmosfera que, como demonstra a experiência, são as que exercem maior influência sobre a psicologia coletiva do mercado. Este é o resultado inevitável dos mercados financeiros organizados em torno da chamada ‘liquidez’.” (KEYNES, 1936, 165)

Dentro do tema de preferência pela liquidez determinando o nível de investimento e renda em uma economia, Keynes desdobra esse ponto em três necessidades: 1) A necessidade de transacionar no sistema; 2) se precaver de eventos adversos; 3) por fim, especular - “obter lucros por saber melhor que o mercado o que trará o futuro” (KEYNES, 1936). A taxa de juros, nesse sentido, expressa a relação inversa da preferência pela liquidez no sistema: Ela representa o prêmio pela *iliquidez* em uma economia. Sua variação, portanto, regula as expectativas dos agentes econômicos em relação às três necessidades por moeda citadas acima - e, por consequência, do investimento; uma vez levada em conta a definição do ato de investir enquanto uma comparação entre a taxa de juros e a Eficiência Marginal do Capital. Assim, Keynes considera:

“[...] interessante observar como a estabilidade do sistema e sua sensibilidade diante das variações na quantidade de moeda dependem a tal ponto da existência de uma *diversidade* de opiniões<sup>10</sup> sobre o que é incerto.” (KEYNES, 1936, 178)

<sup>10</sup> O que leva o nome, na mesma obra, de agentes “baixistas” - que acreditam na queda da taxa de juros no futuro próximo - e “altistas” - que acreditam na alta da taxa de juros no futuro próximo (KEYNES, 1936).

De forma análoga, a teorização sobre “jogos-de-linguagem” nas *Investigações* também confirma esse afastamento metafísico na teoria wittgensteiniana. A ideia consiste no fato da linguagem ser utilizada com *propósitos*, não podendo ser compreendida sem se ater ao contexto na qual está sendo empregada. Ao que parece, o termo empregado “jogo” é perfeito neste caso: Por mais que existam uma miríade de jogos distintos, a única coisa que eles possuem em comum, aparentemente, são uma lista de conduta específica a cada jogo – regras propriamente ditas – a ser seguida para jogá-los *devidamente*. O que diferencia os jogos, assim, são as ações que os jogadores conduzem apropriadamente entre si diante das regras de tal jogo. Se um não joga conforme as regras, este pode estar jogando outro jogo (ou jogo nenhum). Em paralelo, Wittgenstein parece se ater a um pressuposto de habilidade ou habituação com as regras de um “jogo-de-linguagem”. Isso significa que apenas a compreensão do regulamento não garante um comportamento adequado em qualquer jogo que seja – um bom jogador, ao que se constata, é aquele que se compromete ao treino.

N’A *Teoria Geral*, Keynes faz uso de um artifício metodológico semelhante ao que Wittgenstein elabora nas *Investigações*, desta vez aplicado à compreensão da economia capitalista: As chamadas “convenções” que Keynes coloca como determinantes do investimento – preferência pela liquidez, propensão a consumir, eficiência marginal do capital etc. –; uma estrutura de expectativas individuais com objetivos distintos e que seguem um comportamento semelhante. Uma vez que um conjunto de indivíduos interdependentemente formam expectativas de longo prazo acerca dos investimentos possíveis em dada economia, a média expectacional sobre os investimentos cria um ponto onde converge a referência de cada expectativa individual do grupo. Desta forma, o processo de investimento é regido por convenção. Assim, para Keynes, o atomismo individualista do método contido para explicar a tomada de decisão em *Um Tratado Sobre Probabilidade* é substituído pela ideia de interconexão entre os agentes e setores para explicar, através de ações socialmente estabelecidas, demanda agregada e taxa de equilíbrio do desemprego (DAVIS, 1996).

O cruzamento entre o interesse de Wittgenstein em reelaborar a teoria do significado através da linguagem com o interesse de Keynes em tratar dos padrões

de comportamento dos indivíduos por convenções em domínios diferentes da economia nos permite a visualização do ponto de tangência entre as teorias dos autores. Agir sob convenções pode ser interpretado como uma questão de significado. Conceber os valores de investimentos (representados por uma cifra dos custos ou dos retornos esperados) em termos de uma convergência referencial das expectativas pode ser um significado compartilhado entre os agentes investidores que tomam tais decisões. Estes valores representam um modo de comunicação fundamentado em convenções – ou regras, preferivelmente – entre indivíduos. Significado (no caso, da realidade) é fruto de prática social. Assim, ao que parece, implicitamente, o que Keynes entende por convenções na economia n'*A Teoria Geral* pode ser colocado lado-a-lado com a ideia de significado contida nas *Investigações Filosóficas* de Wittgenstein.

## 7) Conclusões finais

É possível que Keynes tenha se familiarizado indiretamente com os conceitos wittgensteinianos de significado através da teoria de interdependência industrial de Piero Sraffa. Da mesma forma que foram, até aqui, pontuadas as tangências entre Keynes e Wittgenstein, o mesmo exercício pode ser feito entre Sraffa e Wittgenstein. Esse ponto de intersecção entre esses autores pode ser observado na crítica sraffiana ao modelo de Marshall acerca das determinantes de preços industriais. Sraffa afirma que o pressuposto marshalliano de que os preços industriais são determinados somente pela contraposição entre oferta e demanda (tornando, assim, as relações entre variações de preços um fenômeno *indireto* entre as indústrias) é válido apenas em uma economia onde não há excedente – i. e., descartar a *convenção* (indiscutivelmente mais importante do modo capitalista de produção) de busca pelo lucro; o que soa completamente inadequado em uma economia industrial. Assim, as variações de preços industriais, na concepção sraffiana são explicadas também “[...] de acordo com a natureza da regra que a sociedade adota para a distribuição do excedente”. Portanto, o mesmo paralelo pode ser traçado entre o peso da regra nos “jogos-de-linguagem” de Wittgenstein e as determinantes dos preços industriais de Sraffa. Essa semelhança é de extrema importância no que diz respeito aos pontos de tangência entre *A Teoria Geral* e as

*Investigações Filosóficas* pelo fato de Keynes não investigar o conceito de *significado* em sua obra, tornando mais plausível a ideia de ter entrado em contato com a filosofia wittgensteiniana através de Sraffa – que, diferentemente de Keynes, estava familiarizado com a obra de Wittgenstein. Vale notar, contudo, que embora Wittgenstein atribuísse grande importância às trocas intelectuais que tinha com Sraffa, parece que o inverso não é verdadeiro. Partindo dessa constatação, Amartya Sen (2003) levanta a hipótese de que a influência tenha sido reversa, isto é, de Sraffa para Wittgenstein. De acordo com o argumento de Sen, o economista italiano teria sido o grande responsável pela “virada” no pensamento filosófico de Wittgenstein. Para ele, porém, a dependência do significado em relação às práticas sociais não constituía novidade, familiarizado que estava com as discussões do círculo filosófico de Antonio Gramsci.

Compreende-se através dos trabalhos de Piero Sraffa e John Maynard Keynes os limites das teorias econômicas axiomáticas de equilíbrio geral - como, por exemplo, a Walrasiana. A incapacidade de representação da realidade econômica se dá pela negligência de categorias de convenções e análises parciais em detrimento do atomismo individualista. O problema entre o embate clássico da heterodoxia econômica *versus* a ortodoxia econômica se apresenta, portanto, segundo Davis (1989) como uma questão de *referencialidade*. Essa interpretação da estaca inicial para formulação de teoria econômica parece contundente uma vez que toda teoria, em maior ou menor grau, não é realista. Isso ocorre pelas diferentes escalas de abstração e suposições que cada teoria em particular exige, tornando um desafio o pleno julgamento de representação adequada da realidade que a teoria econômica em questão propõe (DAVIS, 1989).

Este ponto em questão se sustenta no paradigma do desenrolar intelectual de Ludwig Wittgenstein e, conseqüentemente, o desenvolvimento da filosofia da linguagem enquanto área do conhecimento. Tais avanços na análise lógica da linguagem se tornaram uma robusta sustentação argumentativa da qualidade metodológica de representação da realidade de teorias em outros campos da ciência - conseqüentemente, como discutido até o momento, da economia (DAVIS 1989). O paradigma de referencialidade da teoria econômica é, portanto, a capacidade dessa teoria em referenciar nomes, objetos e/ou conceitos utilizados e conhecidos pelos indivíduos enquanto sujeitos da realidade econômica que a teoria se propõe a

representar. O *jogo-de-linguagem e semelhanças de família* que Wittgenstein elabora em *Investigações Filosóficas* (1953) exemplifica essa relação entre uma teoria representativa da linguagem enquanto respaldo de uma teoria representativa heterodoxa da dinâmica econômica.

A perspectiva tradicional da referencialidade - tendo como contribuintes principais Frege e Russell e, conseqüentemente, devido à grande influência que eles representavam, podendo ser constatada no trabalho inicial de Wittgenstein no *Tractatus Logico-Philosophicus* - consistia na representação de objetos no mundo através de nomes pelos quais eles se referem (WITTGENSTEIN, 1921). Em outras palavras, nomeia-se um objeto através de valores verdadeiros de propriedades analíticas fundamentais que tornam o nome do objeto adequado. Suponha um objeto de nome  $X$ . Este é chamado desta forma por possuir um conjunto de propriedades que o tornam  $X$ . Seja  $P$  o conjunto dessas propriedades fundamentais de 1 a  $n$ . Se todos os elementos de 1 a  $n$  do conjunto de propriedades  $P$  forem verdadeiros para um dado objeto, este objeto deve se chamar, portanto,  $X$  (DAVIS, 1989). Na perspectiva tradicional, a certeza irredutível dos valores de verdade da lógica formal é o referencial de identificação de objetos e propriedades.

A teoria de equilíbrio geral Walrasiana é herdeira, ao que tudo indica, de uma concepção tradicional de referencialidade. O método axiomático se apresenta no fio de deduções lógicas que validam analiticamente as propriedades fundamentais que *nomeiam* os objetos e conceitos centrais da economia clássica e neoclássica (DAVIS, 1989) - por exemplo, como previamente elaborado com base em Grieve (2004), o paralelo entre significado em Wittgenstein e preço em Walras. Essencialmente, as categorias utilizadas pela teoria do equilíbrio geral Walrasiana dependem, assim como a atribuição de significado no *Tractatus Logico-Philosophicus*, de um conjunto de verdades irredutíveis concebidas *a priori*. A teoria é incapaz de lidar com os próprios determinantes de seus objetos de estudo, gerando uma lógica circular:

“Por exemplo, as preferências devem ser convexas segundo o argumento relativo aos consumidores e à demanda para que a teoria em questão seja completada. Que as preferências *não podem deixar de ser interpretadas como convexas* equivale a dizer que o conceito de preferências inclui necessariamente a propriedade de convexidade – no paradigma da teoria em questão.” (DAVIS, 1989, 429)

A incapacidade de atribuir propriedades analíticas *a posteriori* em objetos e conceitos na teoria do equilíbrio geral Walrasiana, por exemplo, leva a um descolamento do papel da experiência nos determinantes desses objetos e conceitos. Diante de um caso que rompe com a lógica circular da limitação (auto-imposta) de interpretar o que determina o objeto econômico como tal - digamos, com base no exemplo acima, uma preferência não convexa - a solução torna-se da ordem da "irracionalidade". Essencialmente, aquele consumidor - em termos práticos observados pela experiência em sociedade - que consumir fora de um padrão de substituição marginal entre os bens de sua cesta, dada a perspectiva referencial clássica, não entra na categoria neoclássica de consumidor (mesmo *efetivamente* consumindo e interagindo diretamente com o sistema econômico).

Assim, isso sustenta a noção de que muito do que é atribuído ao conhecimento dos objetos e conceitos da teoria econômica - e como bem percebeu Wittgenstein acerca da linguagem - não ocorreu enquanto uma investigação de seus significados, mas sim da experiência prática. A referencialidade clássica contida na economia ortodoxa, portanto, tropeça em uma indefinição entre verdades *a priori* e verdades necessárias. Dizer que algo é *a priori* apenas diz respeito que já é sabido quais propriedades ele carrega consigo; o que é diferente de dizer que uma propriedade é *necessária* ao objeto - i.e. a propriedade é verdadeira ao objeto, e se não for, o objeto não é o que se diz ser:

“A visão tradicional de referencialidade, [...] não só confunde o que se sabe separado da experiência com relações de necessidade, mas também falha em agarrar-se a uma característica genuína do necessário como independente da experiência humana.” (DAVIS, 1989, p. 434)

O que se observa com os avanços feitos pelas teorias de Piero Sraffa e John M. Keynes em, respectivamente, *Produção de Mercadorias por Meio de Mercadorias* e *A Teoria Geral do Juro e da Moeda* é uma mudança referencial. A referência para a identificação dos objetos da economia heterodoxa, assim como na revolução linguística promovida por Wittgenstein em *Investigações Filosóficas*, deixa de ser descritiva de propriedades fundamentais *a priori*, mas sim de maior ou menor grau

histórico. Os conceitos e coisas a serem tratadas pela ciência são concebidos e identificados de maneira dialética ao longo do tempo, isto é, o que se entende como o “conjunto P” de propriedades dos objetos de estudo da ciência (econômica e linguística como vimos até então) se transforma ao longo da história.

A análise conceitual de causalidade, no campo da filosofia da ciência ou do conhecimento, se desdobra em dois escopos: O primeiro deles é o ontológico, ou a realidade das relações de causalidade; o segundo é o epistemológico, ou o modo pelo qual infere-se o conhecimento acerca das relações de causalidade. É possível, portanto, identificar as dimensões epistemológicas no campo da macroeconomia por meio dos questionamentos sobre *o que* justifica metodologicamente uma suposição de causalidade entre objetos e/ou *como* tal relação causal foi desvendada.

No entanto, os desafios de uma abordagem epistemológica da causalidade se dá na impossibilidade de tratá-la isolada de uma contrapartida ontológica ou conceitual - ela sempre precisa ser acompanhada de um exemplo objetivo ou pragmático como respaldo. Na dimensão conceitual, pode-se observar um esforço de superação desse desafio através da seguinte noção que Wittgenstein levanta em *Investigações Filosóficas*: O fato de que o significado de uma palavra não está atrelado à um conceito estático, mas o é atribuído através de seu emprego corriqueiro (WITTGENSTEIN, 1953). Assim, as relações de causa e efeito dentro do campo da ciência econômica devem, antes de tudo, ser consideradas enquanto definição conceitual de um termo dinâmico. O emprego do conceito de causalidade no meio econômico é atribuído de um significado *específico* por meio de um uso *específico* deste termo pelos agentes e teóricos econômicos: “De fato, parece que a maneira pela qual não só os economistas, mas também os *policy-makers*, consumidores e firmas usam este termo é sobreposto mas nem sempre idêntico” (MONETA, 2005). Isso explica o desafio em atingir um consenso de uma definição singular de causalidade no campo da ciência econômica.

O respaldo ontológico, por outro lado, diz respeito à representação dos objetos e categorias de uma abordagem científica epistemológica. Pode ele ser reducionista - por exemplo, no caso da ciência econômica, a microfundamentação, os pressupostos de plena racionalidade e difusão da informação; e, no caso da filosofia da linguagem, o axioma wittgensteiniano de objetos simples que atribuem

valores-de-verdade às proposições -, ou realista - utilização de convenções e instrumentalização do senso comum, presentes na fundamentação macroeconômica keynesiana e na teoria da linguagem amadurecida de Wittgenstein.

Neste sentido, pode-se assumir a teoria econômica Keynesiana da *Teoria Geral* enquanto não-atomística e representativa de um sistema aberto. O instrumental estatístico para representar as relações de causa e efeito em um sistema econômico complexo iria exigir um árduo esforço em dispor tais significâncias estatísticas caso a caso; sem contar o fato que, dialeticamente, tal instrumental teórico de representação material da vida em sociedade é *socialmente construído* (MONETA, 2005). Fica evidente a natureza ontológica realista da teoria macroeconômica keynesiana: A possibilidade de compreender o sistema econômico através de tendências convencionais que são muito prováveis de se repetir ao longo do tempo (KEYNES, 1936), sendo capaz de observar tais fenômenos sem a necessidade metodológica de apresentá-los através de uma métrica “formal”.

Tratar deste tema envolve não apenas estudar as mudanças intelectuais nos “anos de alta teoria” econômica, mas também o Círculo de Viena e a filosofia do positivismo lógico e ainda outros economistas que possam ter sido afetados pela filosofia wittgensteiniana, tal como Frank Ramsey. Assim, ao que parece, esta investigação diz respeito ao fato de Wittgenstein estar no ponto de confluência das importantes transformações da teoria econômica do século XX (como Ray Monk [1995] denomina o primeiro capítulo da biografia do filósofo, “O Laboratório da Auto-Destruição”):

“Mais motivos para pensar que o intercâmbio sério entre eles foi limitado é o fato de que o desenvolvimento no pensamento que cada um perseguiu depois de 1929 foi em grande parte interno aos seus respectivos domínios da filosofia e da economia, e que nenhum fez uma investigação séria do domínio do outro. No entanto, o fato de ambos terem feito uso significativo do conceito de convenção sugere que eles influenciaram indiretamente um ao outro ou compartilharam ideias que estavam sendo geralmente discutidas em Cambridge.” (DAVIS, 2019c, p.83)

Por fim, algo a mais se apresenta como conclusão relevante, ainda que seja difícil a afirmação de que, no caso de Keynes e Wittgenstein, o filósofo e o economista tenham se influenciado diretamente - mesmo após a exposição anterior das figuras que os autores compartilharam em seu desenvolvimento intelectual e promover as

ditas “tangências metodológicas” entre eles. Ao observarmos as duas teorias frente a frente, tratando-se de, como anteriormente exposto, de duas teorizações epistemológicas em suas áreas de estudo, apresenta-se uma relação dialética de respaldo ontológico entre *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda* de Keynes e as *Investigações Filosóficas* de Wittgenstein. Toda noção de uso corriqueiro da linguagem (jogos de linguagem; semelhança de família), como exposto na seção 3, obtém respaldo na representação do *real* (ontológico) por meio da concepção de representação da teoria econômica (ou da *reprodução material* da sociedade) de Piero Sraffa. Por outro lado, vê-se a possibilidade de respaldo ontológico da teoria econômica Keynesiana ao utilizar-se de conceitos de incerteza e representação da teoria econômica por meio da linguagem. Para Wittgenstein, podemos usar da teoria econômica para exemplificar como usamos a linguagem; para Keynes, podemos usar da filosofia da linguagem para exemplificar como nos comportamos economicamente.

## 8) Referências Bibliográficas

1. ALBANI, P. Sraffa and Wittgenstein: profile of an intellectual friendship. **History of Economic Ideas**, v. 3, n. 6, p. 151-173, 1998.
2. ARENA, R. Sraffa’s and Wittgenstein’s reciprocal influences: forms of life and snapshots. In: LEVRERO, E. S.; PALUMBO, A.; STIRATI, A. (eds.) **Sraffa and the reconstruction of economic theory**: v. 3 – Sraffa’s legacy: interpretations and historical perspectives. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2013.
3. ARENA, R. Order, process and morphology: Sraffa and Wittgenstein. **Cambridge Journal of Economics**, v. 39, n. 4, p. 1087-1108, jul. 2015.

4. BORTIS, H. Piero Sraffa and Shackle's *Years of High Theory*: Sraffa's significance in the history of economic theories. In: LEVRERO, E. S.; PALUMBO, A.; STIRATI, A. (eds.) **Sraffa and the reconstruction of economic theory**: v. 3 – Sraffa's legacy: interpretations and historical perspectives. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2013.
5. CARABELLI, A. **On Keynes's method**. Londres: Palgrave Macmillan, 1988.
6. CARVALHO, F. C. Probabilidade, incerteza e expectativas. In: **Keynes e os pós-keynesianos: princípios de macroeconomia para uma economia monetária da produção**. Rio de Janeiro: Starlin Alta, 2020.
7. CHAPARRO, G. La transición del pensamiento de Wittgenstein y la influencia de los economistas de Cambridge. **Apuntes del Cenes**, v. 38, n. 67, p. 15-33, jan./jun. 2019.
8. COATES, J. **The claim of common sense**: Moore, Wittgenstein, Keynes and the social sciences. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
9. DAVIS, J. B. Sraffa, Wittgenstein and neoclassical economics. **Cambridge Journal of Economics**, v. 12, n. 1, p. 29-36, mar. 1988.
10. DAVIS, J. B. Axiomatic General Equilibrium Theory and Referentiality. **Journal of Post Keynesian Economics**, v. 11, n. 3, 424-438, 1989
11. DAVIS, J. B. **Keynes's philosophical development**. Nova York: Cambridge University Press, 1994.

12. DAVIS, J. B. Convergences in Keynes and Wittgenstein's later views. **European Journal of the Economic Thought**, v. 3, n. 3, p. 433-448, 1996.
13. DAVIS, J. B. Gramsci, Sraffa, Wittgenstein: philosophical linkages. **European Journal of the Economic Thought**, v. 9, n. 3, p. 384-401, 2002.
14. DAVIS, J. B. The change in Sraffa's philosophical thinking. **Cambridge Journal of Economics**, v. 36, n. 6, p. 1341-1356, ago. 2012.
15. DAVIS, J. B. Sraffa on open versus "closed systems" distinction and causality. **Research in the History of Economic Thought and Methodology**, Vol. 35B, p. 153-170, 2017.
16. DAVIS, J. B. "G.E. Moore" in: Dimand, Robert W. e Hagemann, Harald (eds.) *The Elgar Companion to John Maynard Keynes*. Aldershot: Edward Elgar, pp. 74-77, 2019a.
17. DAVIS, J. B. "Bertrand Russell" in: Dimand, Robert W. e Hagemann, Harald (eds.) *The Elgar Companion to John Maynard Keynes*. Aldershot: Edward Elgar, pp. 78-81, 2019b.
18. DAVIS, J. B. "Ludwig Wittgenstein" in: Dimand, Robert W. e Hagemann, Harald (eds.) *The Elgar Companion to John Maynard Keynes*. Aldershot: Edward Elgar, pp. 82-86, 2019c.
19. DAVIS, J. B. "Frank Ramsey" in: Dimand, Robert W. e Hagemann, Harald (eds.) *The Elgar Companion to John Maynard Keynes*. Aldershot: Edward Elgar, pp.

87-89, 2019d.

20. DOW, Geoff. Keynes, Bloomsbury and method, **History of Economics Review**, v. 68, n. 1, p. 1-12, mar. 2018
21. FAVEREAU, O. L'incertain dans la "révolution keynésienne": l'hypothèse Wittgenstein. **Économies et Sociétés**, série PE (Œconomia), n. 3, p. 29-72, 1985.
22. FAVEREAU, O. Quand les parallèles se rencontrent: Keynes et Wittgenstein, l'économie et la philosophie. **Revue de Métaphysique et de Morale**, n. 47 (3), p. 403-427, 2005.
23. GILLIES, D. **Philosophical theories of probability**. Londres: Routledge, 2000.
24. GILLIES, D. "Keynes and probability". In: BACKHOUSE, R. E; BATEMAN, B. (eds) **Cambridge Companion to Keynes**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
25. GINZBURG, A. Sraffa, Sen and non-causal representations in social analysis. In: LEVRERO, E. S.; PALUMBO, A.; STIRATI, A. (eds.) **Sraffa and the reconstruction of economic theory**: v. 3 – Sraffa's legacy: interpretations and historical perspectives. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2013.
26. GRAYLING, A. C. **Wittgenstein** (coleção Past Masters). Oxford: Oxford University Press, 1988.

27. GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1999 [1926]
28. GRIEVE, R. H. Roncaglia on Sraffa and Wittgenstein: Further Comment. **Journal of Interdisciplinary Economics**, v. 16, n. 1, p. 95-115, out. 2004.
29. HUTCHISON, T. W. A formative decade: methodological controversy in the 1930s **Journal of Economic Methodology**, v. 16, n. 3, p. 297-314, set. 2009.
30. KEYNES, J. M. **A treatise on probability** (The collected writings of John Maynard Keynes, v. VIII). Londres: Macmillan, 1973 [1921]. Edição reimpressa em Cambridge: Cambridge University Press, 2016.
31. KEYNES, J. M. 1925. "Alfred Marshall." In: **Essays in Biography**, 161–231. London: Palgrave Macmillan, 1951, 2010.
32. KEYNES, John M. **Possibilidades Econômicas para Nossos Netos**. Ensaios sobre Persuasão, Nova Iorque: W.W.Norton & Cia., 1963 [1930], pp. 358–373.
33. KEYNES, J. M. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Abril Cultural (coleção Os Economistas), 1983 [1936].
34. KEYNES, J. M. My early beliefs. In: **Essays in biography**. (The collected writings of John Maynard Keynes, v. X). Londres: Macmillan, 1972 [1938]. Edição reimpressa em Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
35. KEYNES, J. M. **The General Theory and After: Part II, Defence and Development**. (The collected writings of John Maynard Keynes, v. XIV). Londres:

Macmillan, 1972a. Edição reimpressa em Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

36. KEYNES, J. M. **The General Theory and After : A Supplement.** (The collected writings of John Maynard Keynes, v. XIV). Londres: Macmillan, 1972b. Edição reimpressa em Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
37. KURZ, H. D. "If some people looked like elephants and others like cats, or fish..." On the difficulties of understanding each other: the case of Wittgenstein and Sraffa. **European Journal History of Economic Thought**, v. 16, n. 2, p. 361-374, jun. 2009.
38. LOPES DOS SANTOS, L. H. A Essência da Proposição e a Essência do Mundo. In: WITTGENSTEIN, L. **Tractatus Logico-Philosophicus**, São Paulo: Edusp, 2020 [1921].
39. MALCOLM, N. **Ludwig Wittgenstein, A Memoir**, Londres, Oxford, 1958.
40. MARION, M. Sraffa and Wittgenstein: physicalism and constructivism. **Review of Political Economy**, v. 17, n. 3, p. 381-406, jul. 2005.
41. McGUINNESS, B. (ed.) **Wittgenstein in Cambridge: letters and documents, 1911-1951.** Oxford: Blackwell Publishing, 2008.
42. McGUINNESS, B. What Wittgenstein owed to Sraffa? In: Chiodi, G.; Ditta, L. (eds.) **Sraffa or an alternative economics.** Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2008.

43. McLACHLAN, H. V.; SWALES, J. K. Sraffa, Wittgenstein and the Nature of Economic Theory. **Journal of Interdisciplinary Economics**, v. 9, n. 1, p. 253-271, out. 1998.
44. MOGGRIDGE, D. E. **Maynard Keynes: an economist's biography**. Londres: Routledge, 1995.
45. MONK, R. **Wittgenstein: o dever do gênio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
46. MORRA, L. Friendship and intellectual intercourse between Sraffa and Wittgenstein: a timeline. **Research in the History of Economic Thought and Methodology**, v. 35B, p. 101-129, 2017.
47. MUCHLINSKI, E. The philosophy of John Maynard Keynes (a reconsideration). **Cahiers d'économie politique**, n. 30-31, p. 227-253, 1998.
48. O'DONNELL, R. **Keynes: philosophy, economics and politics**. Londres: Macmillan, 1989.
49. PINDYCK, R. S.; RUBINFELD, D. L. **Microeconomia**. 7. ed. São Paulo: Pearson, 2010.
50. PEACOCK, M. S. Interpersonal comparisons of utility: some lessons from Wittgenstein. **Review of Political Economy**, v. 8, n. 3, p. 279-290, set. 1996.

51. POTIER, J.-P. **Piero Sraffa – unorthodox economist (1898-1983)**. Londres: Routledge, 1991.
52. RAFAELLI, T. Keynes and philosophers. In: BACKHOUSE, R. E; BATEMAN, B. (eds) **Cambridge Companion to Keynes**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
53. RAMSEY, F. P. Critical notices: «Tractatus Logico-Philosophicus». By Ludwig Wittgenstein. *Mind*, 32(128), 465-478, 1923
54. RAMSEY, F. P. "Truth and Probability" (1926). In: **The Foundations of Mathematics and other Logical Essays**, Ch. VII, p.156-198, edited by R.B. Braithwaite, Londres: Kegan, Paul, Trench, Trubner & Co., Nova Iorque: Harcourt, Brace and Company, 1931.
55. RONCAGLIA, A. **Piero Sraffa** (série Great Thinkers in Economics). Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2009.
56. RUNDE, J.; MIZUHARA, S. **The philosophy of Keynes's economics: probability, uncertainty and convention**. Londres: Routledge, 2003.
57. SEN, A. Description as choice. **Oxford Economic Papers**, v. 32, n. 3, p. 353-369, nov. 1980.
58. SEN, A. Sraffa, Wittgenstein, and Gramsci. **Journal of Economic Literature**, v. 41, n. 4, p. 1240-1255, dez. 2003.

59. SINHA, A. Sraffa and the later Wittgenstein. **Contributions to Political Economy**, v. 28, p. 47-69, 2009.
60. SKIDELSKY. R. **John Maynard Keynes, vol. 2: the economist as savior**. Londres: Macmillan, 1992.
61. SKINNER, Quentin. Meaning and understanding in the history of ideas. **History and Theory**, v. 8, n. 1, p. 3-53, fev. 1969.
62. SMITH, A. **A Riqueza das Nações**. São Paulo: Abril Cultural (coleção Os Economistas), 1996 [1776].
63. SRAFFA, P. **Relações entre custo e quantidade produzida**. São Paulo: Hucitec/Unicamp, 1989 [1925].
64. SRAFFA, P. **Produção de mercadorias por meio de mercadorias**. São Paulo: Abril Cultural [coleção Os Economistas], 1983 [1960].
65. TAYLOR, L. Keynes Ascendant. In: **Maynard's revenge: the collapse of free market macroeconomics**. Cambridge: MA. Harvard University Press, 2011.
66. VARIAN, H. R. **Microeconomia: princípios básicos – uma abordagem moderna**. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.
67. WITTGENSTEIN, L. **Tractatus Logico-Philosophicus**, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1968 [1921].

68. WITTGENSTEIN, L. **Tractatus Logico-Philosophicus**, São Paulo: Edusp, 2008 [1921].

69. WITTGENSTEIN, L. **Investigações Filosóficas**, Rio de Janeiro: Vozes, 2014 [1953].